

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração
Mestrado

Heraida Maria Caixeta Borges

**APARE – ASSOCIAÇÃO PATENSE DE RECICLAGEM – um contexto
de inovação social?**

Belo Horizonte

2017

Heraida Maria Caixeta Borges

APARE – ASSOCIAÇÃO PATENSE DE RECICLAGEM – um contexto de inovação social?

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico, do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima

Linha de pesquisa: Estratégia, inovação e competitividade.

Área de concentração: Organização e Estratégia

Belo Horizonte

2017

BORGES, Heraida Maria Caixeta.

B732a

APARE – Associação Patense de reciclagem: um contexto de inovação social? Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2017.

98 p.

Orientador: Dr^a. Maria Elizabeth Antunes Lima

Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Administração – Centro Universitário Unihorizontes.

1. Inovação social – reciclagem 2. APARE I. Heraida Maria Caixeta Borges II. Centro Universitário Unihorizontes Programa de Mestrado em Administração. III. Título.

CDD: 658.4022



Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO
DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **HERAIDA MARIA CAIXETA BORGES**

Matrícula: 770801

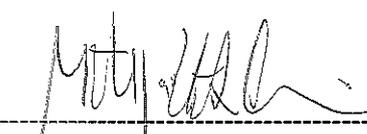
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER E DINAMICA NAS ORGANIZAÇÕES

ORIENTADOR(A): Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Antunes Lima

TÍTULO: **APARE-ASSOCIAÇÃO PATENSE DE RECICLAGEM: um contexto de inovação social?**

DATA: 25/10/2017

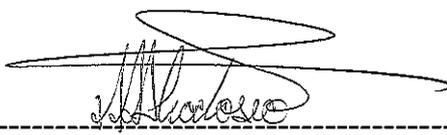
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Antunes Lima
ORIENTADOR(A)
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. Reynaldo Maia Muniz
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
PUC-MG

Declaração

Declaro que realizei a revisão da Dissertação de Mestrado intitulada **APARE - ASSOCIAÇÃO PATENSE DE RECICLAGEM - um contexto de inovação social?** de autoria de Heraida Maria Caixeta Borges, do curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, orientada pela Professora Doutora Maria Elizabeth Antunes Lima.

O trabalho de revisão incluiu todos os aspectos relativos à língua portuguesa e à linguagem, além da aplicação das normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aos trabalhos acadêmicos.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2017


Prof. Doutor Adair Carvalho Júnior.

DEDICATÓRIA

Aos grandes amores da minha vida:
Meus pais, Irineu e Maria de Lourdes;
Meu esposo Giovanni e nossos filhos,
Giovanni e Isabella.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me permitido chegar até aqui, sendo minha referência e força nos momentos de angústia e tribulação. ELE que, em sua infinita bondade, concedeu-me esta oportunidade e o ânimo para prosseguir firme, sustentando-me e amparando-me nos momentos mais difíceis.

Aos meus queridos e amados pais, que sempre foram meu norte, conduzindo nossa família com exemplo de amor, honestidade, dedicação, força e fé e nos incentivando a estudar, sem medir esforços para tal, minha profunda gratidão! AMO vocês! Pai, saudades eternas!

Ao meu querido e amado esposo, Giovani, que sempre apostou e acreditou em mim. Tendo sido o primeiro a me incentivar a fazer o mestrado. Obrigada por seu incentivo, paciência e companheirismo em todos os momentos até a conclusão deste trabalho. Agradeço, também, pela compreensão e motivação quando eu já não mais tinha forças para prosseguir e por compreender minha ausência ainda que eu estivesse presente, pois foram longos os momentos de dedicação a este estudo.

Agradeço aos meus filhos queridos e amados, Giovanni e Isabella, vocês são minha maior fonte de inspiração e motivação para crescer como pessoa. Vocês são LUZ em minha vida!! Obrigada também pela contribuição de vocês neste trabalho, ajudando-me a superar minhas limitações quanto à informática e ao inglês. Sinto o maior orgulho de vocês!

À minha querida amiga e anjo da guarda da minha família, Cely. Você que tem acompanhado de perto tantos momentos, importantes e também cotidianos, de nossa família, obrigada por sua dedicação, carinho e amor para com cada um de nós. Obrigada por atenuar minhas ausências durante o mestrado, garantindo uma acolhida amorosa e saborosa para todos. Agradeço também por ser, inúmeras vezes, ouvinte das minhas angústias, preocupações e frustrações, sabendo acalmar-me sempre com uma palavra de apoio e incentivo, impulsionando-me a confiar em mim e, sobretudo, em Deus, para que o desânimo e a aflição não

tomassem conta de mim. Obrigada por nos ajudar, em todos os sentidos, por tudo que você tem feito por mim e por nossa família. Amamos você.

À minha orientadora Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima, por todo apoio, respeito, atenção, empenho, conhecimento e experiência compartilhados, contribuindo para o desenvolvimento desta dissertação, dando-me suporte e segurança para a chegada desse momento. Seu conhecimento e sua postura inspiraram-me a superar alguns desafios e a me tornar uma pessoa melhor. Sua conduta como professora e mentora são para mim, um referencial de como quero conduzir minhas atitudes na carreira acadêmica. Profunda e sincera gratidão é o que sinto pela oportunidade de ser sua orientanda. Serei sempre grata a você! Sou grata, inclusive, por seu exemplo na forma de olhar para este mundo, tentando resgatar e valorizar pessoas que o mundo insiste em ignorar.

Aos associados da Apare, em especial sua presidente, por disponibilizarem tempo e compartilharem suas experiências, tornando possível minha pesquisa. Sou muito grata e espero que a sociedade torne-se cada vez mais participativa, consciente e respeitosa com o trabalho que desenvolvem.

A Altamir Fernandes, um grande historiador, professor e amigo, por seu incentivo e incansável apoio que, com todo desprendimento, compartilhou valiosas orientações, informações e dicas para a realização desta pesquisa.

A Sílvia Leão Barbosa, Fernanda Ludimilla Mendes Ribeiro, Marlene Silva Gomes, Neide Miquelante e Murilo Barbosa que contribuíram imensamente com este trabalho, compartilhando documentos e informações enriquecedoras. Minha gratidão, reconhecimento e carinho pelo auxílio de cada um de vocês.

A Ângela Rosane de Oliveira, que sempre compartilhou e indicou, gentilmente, muitas das obras aqui referenciadas, inclusive, trabalhos que ela mesma desenvolveu, uma vez que se trata de uma pesquisadora que conhece profundamente a realidade dos catadores e das organizações de catadores, como uma voluntária militante e incansável desta causa.

Aos professores do Programa de Mestrado do Centro Universitário Unihorizontes, pela valorosa contribuição para meu crescimento acadêmico e pessoal. Minha gratidão, também, a TODOS os professores anteriores que me possibilitaram construir este caminho.

A Rachel, Viviane e Aline que, com uma postura cordial e profissional, sempre me receberam, acolheram e ajudaram com tanta boa vontade, disponibilidade, atenção e carinho. Fica minha eterna gratidão e amizade.

Aos meus colegas de turma, muitos dos quais se tornaram grandes amigos e incentivadores, por nossas trocas de experiências, pelos momentos de descontração e pelo suporte, fundamentais neste percurso. Não citarei nomes, mas vocês certamente sabem quem são.

Ao Osvaldo, Cláudia, Ana Paula, Marco Aurélio e Ítalo que partilharam desta jornada e tornaram as viagens mais leves, agradáveis e acessíveis, além de serem, por diversas vezes, portadores de leva e traz de trabalhos, livros e outros.

Ao professor Dr. Luiz Carlos Honório, pelo conhecimento compartilhado em Seminário de Dissertação, e por sua contribuição crítica respeitosa, permitindo-me estruturar o projeto conforme critérios e normas estabelecidas pela Unihorizontes.

Aos membros da banca de qualificação, professores e doutores Antônio Luiz Marques e Fernando Coutinho Garcia, pelas preciosas contribuições e ensinamentos.

Aos professores e doutores Reynaldo Maia Muniz e Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (Téo), que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca de defesa.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste estudo - talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam expressar minha gratidão a todos vocês que, de alguma forma, ajudaram-me deixar registrado minha gratidão!

RESUMO

A finalidade desta pesquisa foi descrever e analisar aspectos relacionados à inovação social no contexto da Apare, Associação de Catadores de Material Reciclável de Patos de Minas, MG. Colocou-se em questão se a experiência da associação poderia vir a se configurar uma inovação social e, em caso afirmativo, em quais aspectos seria socialmente inovadora. As bases teóricas que fundamentam a pesquisa são aquelas que vêm sendo construídas por estudiosos no âmbito da Inovação Social, principalmente aquelas que abordam como este campo vem sendo construído, além dos aspectos relativos à sua relação com as transformações sociais e melhoria nas condições de vida das pessoas. Para empreender este estudo fez-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, visando compreender de maneira aprofundada o contexto da Apare e do seu significado e importância na vida dos catadores. Participaram desta pesquisa, os seis catadores associados fundadores, incluindo a presidente atual, além de cinco entre os sete novatos. Participaram, também, a presidente do período de intervenção e revitalização da Apare e a representante da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas (ADESP). Foi feita uma pesquisa documental e as entrevistas foram semiestruturadas e em profundidade. Os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo, definindo-se como categorias as cinco dimensões da inovação social: necessidades sociais, atores sociais, processos, inovação e melhorias e respostas sociais. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, o contexto da Apare, encontra-se dentro do que é comumente caracterizado como inovação social, visto que produz impacto direto no meio socioambiental, inserindo pessoas que foram excluídas pelo mercado formal de trabalho, oferecendo-lhes a possibilidade de conquistar uma identidade valorizada, além de se perceberem como parte de um grupo cujo trabalho contribui para preservar o meio ambiente.

Palavras-chave: Inovação social. Catadores. Cooperativas de Catadores. Reciclagem.

ABSTRACT

The purpose of this research was to describe and analyze aspects related to social innovation in the context of Apare, recyclable material collector's association of Patos de Minas, MG. It has been questioned whether the association's experience could be a social innovation and, if so, in which aspects it would be socially innovative. The theoretical bases underlying the research are those that have been built by scholars in the scope of Social Innovation, especially those that are related to the way this field has been constructed; besides the aspects related to its relation with social transformations and improvement in the living conditions of the people. In order to undertake this study, a descriptive, qualitative approach was carried out, aiming to understand in depth the context of Apare and its meaning and importance in the life of the waste pickers. Six founding members of the waste pickers' association participated in the research, including the current president, plus five out of seven newcomers. The president of the intervention and revitalization period of Apare and a representative of Adesp also took part in the research. A documentary research was done and the interviews were semi-structured and in depth. The data obtained were treated through content analysis, defining as categories the five dimensions of social innovation: social needs, social actors, processes, innovation and social improvements and responses. The results of the research showed that the Apare context is within what is commonly characterized as social innovation, since it has a direct impact on the socio-environmental environment, inserting people who were excluded by the formal labor market, offering them the possibility to gain a valued identity, and to perceive themselves as part of a group whose work contributes to preserving the environment.

Keywords: Social Innovation. Waste Pickers. Waste Pickers Organizations. Recycling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes	26
Quadro 2 – Resumo da Inovação Social	29
Quadro 3 – Escolas de Inovação Social	31
Quadro 4 – Formas de abordagem da Inovação Social	35
Figura 1 – Fotos galpão Apare 10 2003 a 12 2015	58
Figura 2 – Recorte de jornal sobre lixão, aterro sanitário e aterro controlado	94
Figura 3 – Capa Folder Deliberação Normativa	95
Figura 4 – Folder Deliberação Normativa	95
Figura 5 – Recorte Folha Patense – Fundo Solidário 01 03 2003.....	96
Figura 6 – Convite de Inauguração da Apare.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
APARE - Associação Patense de Reciclagem
ASMARE - Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável
ADESP - Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
COOPATOS - Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas
CRISES - Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais
ENANPAD - Encontro da ANPAD
EPI - Equipamento de Proteção Individual
FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente
FNLC - Fórum Nacional Lixo e Cidadania
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MP - Ministério Público
ONG - Organização não governamental
PAEMI - Plano de Ação Estratégico Municipal para Implementação do PLC
PLC - Programa Lixo e Cidadania
PMPM - Prefeitura Municipal de Patos de Minas
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PROMAM - Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente
RTAI - Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do PLC
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SLU - Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte
SPELL - *Scientific Periodicals Electronic Library*
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema de pesquisa	18
1.2	Objetivo geral.....	22
1.2.1	Objetivos específicos	22
1.3	Justificativa	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	O campo da inovação social.....	25
2.1.1	Dimensão das necessidades sociais	37
2.1.2	Dimensão dos atores sociais	37
2.1.3	Dimensão dos processos.....	38
2.1.4	Dimensão da inovação	39
2.1.5	Dimensão das melhorias e respostas sociais.....	40
3	METODOLOGIA	41
3.1	Tipo, abordagem e método de pesquisa.	41
3.2	Unidade de análise e unidade de observação	42
3.3	Técnica de coleta de dados.....	43
3.4	Técnica de análise de dados	45
4	ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	46
4.1	Contexto e ações que impulsionaram a origem da Apare	46
4.2	Fundação da Apare	51
4.3	Problemas enfrentados pela associação	66
4.4	Contradições na gestão da Apare	72
4.5	Apare: um contexto de inovação social?	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE	94
	ANEXOS	95

1 INTRODUÇÃO

A inovação social é uma área de estudos cada vez mais importante e pesquisada por investigadores de várias áreas de conhecimento, uma vez que abrange diversas dimensões teóricas, revelando assim seu caráter multidisciplinar (OLIVEIRA e LIMA, 2016). O presente estudo está voltado para a experiência de uma associação de catadores de material reciclável, localizada no interior do Estado de Minas Gerais, cujo contexto será tratado a partir da perspectiva da inovação social.

Segundo Cloutier (2003) e Pol & Ville (2009), o termo inovação social foi apresentado pela primeira vez no trabalho de Taylor (1970) e, a partir daí, rapidamente passou a fazer parte das discussões dos cientistas sociais sem, contudo, chegar-se a um consenso sobre seu significado.

Alguns autores (CLOUTIER, 2003; TARDIF e HARRISSON, 2005; SAUCIER *et al*, 2006; MULGAN, 2006; ANDRÉ e ABREU, 2006; FARFUS e ROCHA, 2007; ASSOGBA, 2010; SHARRA e NYSSSENS, 2010; MURRAY, CAULIERGRICE e MULGAN, 2010; BIGNETTI, 2011; HERRERA, 2015), apontam que a inovação social busca apresentar novas respostas a uma situação insatisfatória, visando o bem-estar dos indivíduos e da coletividade e agregando valor social.

De acordo com Correia, Oliveira, e Gomes (2016), o conceito de inovação social integra a inclusão, a capacitação e a cooperação entre os atores envolvidos, como forma de obter transformações sociais e criar novos significados. Neste sentido, desempenha um papel importante, indicando oportunidades que podem gerar respostas e benefícios que atendem a necessidades sociais específicas.

A diversidade de conceitos relacionados à inovação social resulta da heterogeneidade de experiências, visando melhorar as condições de vida das pessoas nos mais diferentes lugares. Ademais, trata-se de um campo de estudo relativamente novo, sem uma epistemologia estabelecida, o que impede que seu conceito se consolide e seja objeto de consenso entre os autores, de acordo com Correia, Oliveira e Gomes (2016). Quem corrobora esse apontamento é Bignetti

(2011, p.8), ao dizer que “os estudos teóricos sobre inovação social ainda não constituem um corpo sólido de conceitos, de teorias, de orientações epistemológicas e de metodologia”.

Portanto, ao pesquisar sobre o tema, nos deparamos com certa diversidade de definições, dependendo da perspectiva teórica na qual o mesmo está sendo tratado. Entre as definições encontradas, uma que se mostra bastante ampla, é a oferecida pelo *Centre de Recherches sur les innovations sociales* (CRISES),¹ que está baseado em Montreal. Para este grupo,

Inovação social é um processo iniciado por atores no sentido de responder a uma aspiração social, atender a uma necessidade, oferecer uma solução ou beneficiar-se de uma oportunidade para mudar as relações sociais, transformando um cenário ou propondo novas orientações culturais para a melhoria da qualidade e das condições de vida da comunidade (SOUZA, A. C. A. A. & FILHO, J.C.L.S., 2014, p.4).

A proposta deste trabalho consiste em levantar os vários aspectos que deram origem à associação de catadores de materiais recicláveis, objeto deste estudo, bem como verificar as ações que levaram à sua fundação, investigar os desafios e dilemas enfrentados ao longo de sua existência, sobretudo os dilemas relativos à sua gestão. Em seguida, faz-se uma análise a respeito dos processos de inovação percebidos nessa experiência, principalmente no que diz respeito aos seus impactos sociais na vida dos catadores e da sociedade, em geral.

Segundo Ferreira e Silva (2014, p. 2), os catadores de materiais recicláveis, “devido à pressão do meio em que vivem, são obrigados a desenvolver mecanismos de [...] sobrevivência, [...] buscando por conta própria, nos lixões e aterros sanitários, materiais que possam ser vendidos”. Eles enfrentam riscos de contaminação e de acidentes diversos, ao realizarem uma atividade insalubre, mas que lhes oferece uma fonte de renda mínima. Apesar das dificuldades que são obrigados a enfrentar, não lhes restam muitas alternativas, pois a baixa escolaridade, a vivência do desemprego e a falta de oportunidades, reforçam o cenário de exclusão em que se encontram.

¹ Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais

Portanto, os catadores emergem de um profundo processo de desigualdade social, que reduz suas oportunidades e os tornam alvos frequentes de discriminação, exploração e preconceito. Projetos sociais como o da Associação Patense de Reciclagem (APARE) têm sua origem nessas desigualdades, sendo forjados por pessoas carentes, com baixo nível de escolaridade e necessitando, portanto, alcançar, de forma organizada, a inserção social e um mínimo de qualidade de vida.

A atividade de catação, afirmam Arantes e Borges (2013, p. 325), muitas vezes “representa uma alternativa possível [...], considerando a necessidade de uso intenso da mão de obra e a inexistência de exigência de escolaridade.” Ou ainda apresenta-se, conforme pontuam Oliveira e Lima (2012, p. 5), “como uma das poucas atividades de trabalho para pessoas com capacidade física reduzida [...] consideradas pouco produtivas e inadequadas para conseguir empregos no mercado formal.” No entanto, para Rangel (2007, p. 14), “[...] a falta de acesso ao conhecimento e aos benefícios que ele traz, [...] tende a ser um dos principais fatores de exclusão.” Assim sendo, “para alguns deles, ser catador torna-se, assim, uma opção de trabalho e uma forma de vida” (OLIVEIRA e LIMA, 2012, p. 5).

Em suma, trata-se de pessoas carentes em todos os aspectos da existência, que necessitam de projetos que lhes permitam trabalhar de forma organizada, de modo a alcançar um bem-estar coletivo, sendo esta a função central de associações como a Apare.

Vale ressaltar, ainda, que os catadores, além de trabalharem no anonimato e de forma silenciosa, necessitam, não apenas de reconhecimento, mas de condições para realizarem seu trabalho com dignidade. Uma vez que, mesmo não possuindo uma educação formal, eles detêm um conhecimento prático sobre a atividade de catação “que não são encontrados em publicações acadêmicas ou em órgãos públicos responsáveis pela limpeza urbana” (OLIVEIRA, 2006, p. 66).

Esta perspectiva é reforçada por Abreu (2001), ao inferir sobre a atividade, a ocupação e a fonte de renda dos catadores:

Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, traçando com eles as saídas para a sua situação de exclusão social. Rompe-se, assim, com a concepção invalidante da prática assistencialista, construindo um novo pensamento e prática no trato da exclusão social, com a participação autônoma dos atores diretamente envolvidos (ABREU, 2001, p.30).

Um dos principais desafios enfrentados pelos catadores é a dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho devido, principalmente, ao seu baixo nível de escolaridade. Nesse sentido, conforme afirmam Crivellari, Dias e Pena (2008), cooperativas ou associações como a Apare, exercem uma função social importante, uma vez que proporcionam estrutura de trabalho aos catadores, através das quais podem ser inseridos na sociedade como cidadãos, alcançando visibilidade por meio da categoria de ocupação que exercem. Esta categoria foi criada em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o número 5192, que possibilitou ao catador “ter visibilidade pública, traduzida pelas estatísticas governamentais” (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008, p. 4).

Os catadores atuam há mais de 60 anos nas ruas e nos lixões de inúmeras cidades brasileiras sendo, portanto, os pioneiros na coleta e na triagem de materiais recicláveis. Esses trabalhadores atuavam na informalidade até os anos 1980 e muitos ainda atuam nas ruas e nos lixões, em condições de extrema dificuldade no exercício dessa atividade. Contudo, esses trabalhadores vêm se organizando em associações ou cooperativas em busca de melhores condições de trabalho (OLIVEIRA e LIMA, 2016). A trajetória do movimento de organização desse segmento recebeu o apoio principalmente de organizações religiosas. O marco inicial do movimento se deu em junho de 2001, com um congresso que reuniu mais de 1.500 catadores de várias regiões do país em Brasília (DF), dando origem ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). As principais reivindicações do MNCR são o reconhecimento pelo trabalho e a participação dos catadores nos programas de coleta seletiva (LIMA e OLIVEIRA, 2012).

É sobre esse aspecto que foi construída a pergunta norteadora deste estudo e que será apresentada a seguir.

1.1 Problema de pesquisa

Associações como a Apare, conseguem “unir e produzir valor” naquilo que o “mercado separa e atribui sinal de não valor” (LIMA e OLIVEIRA, 2008, p. 226), a partir do que é “descartado pela produção capitalista, como lixo, e incluir pessoas em situação de vulnerabilidade” (RECH, 2008, P. 226), bem como despertar na sociedade a consciência da importância da reciclagem. Entretanto, Lima e Oliveira (2008, p. 226) afirmam que as associações de catadores “nasceram para dar errado”, pois estão em desvantagem em relação aos empreendimentos capitalistas, uma vez que enfrentam os desafios de uma atividade que procura conciliar valores e princípios de solidariedade, sendo, ao mesmo tempo, regulada pelo mercado, que é regido pelo princípio da concorrência.

Os catadores, bem como as associações e cooperativas, compõem a base da pirâmide de uma cadeia produtiva formada por catadores, sucateiros de pequeno, médio e grande porte, grandes aparistas que são, principalmente, compradores de papel e a indústria. Destes, os catadores são aqueles que menos se beneficiam do processo de reciclagem (ARANTES e BORGES 2013, p. 325).

A esta realidade, soma-se o fato de os catadores receberem o menor valor agregado desta cadeia produtiva, conforme apontam Oliveira e Lima (2012). Ademais, em geral, os catadores “não conseguem visualizar seu papel na cadeia produtiva e tampouco entender a complexidade do mercado no qual estão inseridos” (OLIVEIRA, R., 2006, p. 74).

Segundo Santos (2014), o poder comercial da indústria de reciclagem é grande e em expansão. Aliada ao fato de, conforme aponta Bosi (2008), o mercado de reciclagem ser considerado um mercado oligopsônico, sendo caracterizado por um número pequeno de compradores que determinam o preço das mercadorias. Portanto, trata-se de um mercado definido por poucos compradores, em comparação ao grande número de vendedores - os catadores avulsos e aqueles vinculados às associações e cooperativas.

Assim sendo, as grandes empresas desta cadeia produtiva apropriam-se da fatia maior do negócio de reciclagem (OLIVEIRA e LIMA, 2016), fazendo com que os catadores fiquem sujeitos a servir de mão de obra barata e precarizada para as empresas que dominam os mercados de recicláveis (OLIVEIRA, 2016).

Uma característica marcante da cadeia produtiva de reciclagem é a determinação, pelo comprador, do valor de comercialização dos produtos, o que é exatamente o contrário do que acontece na maioria das relações comerciais. Desta forma, “os catadores não detêm o controle sobre o valor do que vendem” (ARANTES e BORGES, 2013 p. 332), ficando sem perspectiva de melhoria dos rendimentos, ainda que aumentem sua produtividade.

Outro fator que reforça este contexto de dificuldade é o aumento progressivo da concorrência, evidenciada tanto por catadores autônomos, como pela crescente valorização dos resíduos recicláveis, que vem despertando interesses privados para outras destinações (OLIVEIRA e LIMA, 2012).

Uma alternativa para o enfrentamento desta situação é a comercialização em conjunto, conforme é feito nas associações. De acordo com Santos (2014), a organização em sistema de associação propicia ao catador condições que dificilmente seriam obtidas individualmente, principalmente no que diz respeito ao volume de material, à negociação comercial e à produção conjunta. Todavia, a baixa escolaridade e uma infraestrutura deficitária, deixam estes trabalhadores vulneráveis em termos de gestão e negociação, se equiparados aos outros níveis da cadeia, tornando-os suscetíveis à exploração (SANTOS, 2014). Isto levou Arantes e Borges, (2013 p. 329), a inferir que “as dificuldades encontradas nesta iniciativa exigem a implantação de atividades administrativas organizadas”.

Apesar das dificuldades que os catadores enfrentam, de acordo com Oliveira e Lima,

[...] o trabalho na associação confere identidade e reconhecimento social a esses trabalhadores. Os vínculos de solidariedade desenvolvidos no trabalho coletivo asseguram um pertencimento grupal, ampliam as possibilidades de regulação do trabalho e uma relativa autonomia, que parece favorecer a permanência dos catadores na associação e no trabalho de reciclagem (OLIVEIRA e LIMA, 2012, P.18).

Ratificam essa ideia Arantes e Borges (2013, p. 322), que consideram que associações como a Apare, além de proporcionarem “proteção contra o desemprego”, permitem também “uma nova significação da autoimagem dos catadores, melhorando a autoestima e resgatando significados do trabalho” (ARANTES e BORGES, 2013, p. 322). Ou seja, embora as associações e cooperativas sejam alternativas para enfrentamento do desemprego e venham enfrentando sérios problemas para se firmarem no mercado, ainda assim, possibilitam o sentimento de realização e de construção de uma identidade coletiva a diversos catadores em sua atividade cotidiana (Melluci, 1996).

Essas pessoas carregam o estigma da desqualificação e nenhuma perspectiva de incursão no mercado formal do trabalho. Para romper esta barreira, “através do trabalho informal seguem engendrando novas estratégias de trabalho, burlando o desemprego, garantindo a sobrevivência e protagonizando a ‘era dos descartáveis’” (OLIVEIRA, 2006, p.64).

Esse estigma fica explícito nas diversas referências pejorativas usadas para se referir aos catadores de material reciclável, como: “fura-sacos”, “rola-bostas”, “viradores”, “papeleiro”, “garrafeiro”, “burro sem rabo”, “recicladores”, “lixeiros”, “badameiros” (o mesmo que catadores de lixo)², “catadores de papel”, “zabbaleen” (é o nome de uma cidade do Egito, conhecida como “cidade lixo”, por ter a base de sua atividade econômica, centrada na colheita e processamento de lixo da cidade do Cairo há mais de cinquenta anos)³. Esses adjetivos variam de acordo com a região, já que são centenas de pessoas que buscam nos resíduos, uma alternativa de trabalho para garantir a sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2006, p.63).

No entanto, apesar de terem de lidar com a discriminação que sofrem por exercerem a ocupação de catador, há aqueles que se sentem orgulhosos da atividade que exercem, dizendo que “optaram pelo trabalho ao invés da marginalidade” (OLIVEIRA, 2006, p.64). Por outro lado, alguns se sentem excluídos e discriminados

² Fonte: MARIANO, A. P.M. *et al.* Análise das condições de vida dos badameiros e familiares residentes no lixão do município de Itabuna-Bahia.
http://www.cultura.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed_08/pdf/ana_paula.pdf

³ Fonte: <https://www.joya.life/pt-br/blog/zabbaleen-la-ciudad-basura/>

pela sociedade, “trabalham insatisfeitos e sentem uma espécie de repúdio pela sociedade e pelo poder público” (OLIVEIRA, 2006, p.64).

Todavia, a maioria dos que fazem parte desse segmento já percebeu que “sozinhos são vulneráveis, frágeis diante do mercado e do olhar da sociedade” (OLIVEIRA, 2006, p.65). Entenderam também que, juntos em uma associação ou cooperativa, podem “obter a visibilidade social pelo trabalho que já desempenham há décadas” (OLIVEIRA, 2006, p.65).

Contudo, para o exercício do trabalho coletivo, além de um galpão adequado e de equipamentos para trabalharem, os catadores necessitam de capacitação para desenvolver uma “visão empreendedora do próprio negócio para que, gradativamente, possam ser capazes de gerir, de fato, a associação” (OLIVEIRA, 2006, p.125).

A associação permite que superem algumas dificuldades do mercado de recicláveis, por oferecer um maior poder de negociação. Para negociar com as indústrias, é necessária uma grande quantidade de material reciclável, sendo assim, os atravessadores sempre levam vantagem em relação a catadores que trabalham individualmente (OLIVEIRA, 2006, p.66).

É sabido que os catadores ainda não conquistaram sua autonomia, mas, gradativamente, começam a entender que não lhes basta apenas catar, mas também “compreender a complexa cadeia na qual estão inseridos e dominar a operacionalização: coleta, separação, prensagem, estocagem, venda, mercado dos recicláveis” (OLIVEIRA, 2006, p.66). Ou seja, começam a perceber que eles ficam com “uma fatia mínima do valor do reciclável e que o montante maior migra para os outros atores da reciclagem como os sucateiros (atravessadores) e as indústrias” (OLIVEIRA, 2006, p.66).

Além disso, precisam lutar para manter o espaço que conquistaram, pleiteando por

[...] políticas públicas que contemplem o seu papel dentro dos serviços de limpeza urbana uma vez que grandes grupos econômicos já perceberam a lucratividade dos recicláveis e pressionam o poder público para privatizar o

setor de saneamento, que contempla, dentre outros, o serviço de limpeza urbana (OLIVEIRA, 2006, p.66).

Se isto vier a acontecer, os catadores ficarão sem a única alternativa de renda que lhes restou.

Considerando as questões apresentadas, o presente estudo buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: A Apare configura-se como uma forma de inovação social? Em caso positivo, em quais aspectos?

Com o propósito de responder o problema de pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos.

1.2 Objetivo Geral

Descrever e analisar aspectos relacionados à inovação social no contexto da Apare, associação de catadores de Patos de Minas, MG, na percepção de seus membros.

1.2.1 Objetivos Específicos

- a) Identificar e relacionar fatores de inovação social percebidos em sua origem, fundação e desenvolvimento;
- b) Identificar elementos de inovação social, no contexto da organização do trabalho na Apare, na percepção da presidente e dos associados;
- c) Identificar elementos de inovação social percebidos pelos catadores associados.

1.3 Justificativa

Este estudo se justifica por motivos acadêmicos e sociais. Na perspectiva acadêmica, os resultados observados poderão contribuir para o desenvolvimento científico, disponibilizando e ampliando informações sobre instituições como a Apare, podendo fomentar novos estudos relacionados a associações de catadores e no campo da inovação social.

No quesito social, por envolver uma atividade pouco valorizada, cujo papel na economia ainda é pouco reconhecido, porém de grande importância para os catadores e para a sociedade como um todo, uma vez que, além de possibilitar inclusão social a uma população marginalizada, a associação presta um serviço ambiental ao município, contribuindo com a coleta e a separação de materiais recicláveis. Isto possibilita a diminuição no volume de resíduos sólidos que vão para o aterro sanitário, prolongando, portanto, a vida útil do mesmo (SANTOS, 2014).

Os resultados podem ainda contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para os catadores e para as associações e cooperativas, viabilizando a efetiva participação da associação nos programas de coleta seletiva dos municípios, visto que, a coleta seletiva e a reciclagem são apontadas, por cientistas e ambientalistas, como alternativas eficientes para o destino correto de resíduos (SANTOS, 2014).

Para reforçar a justificativa deste estudo, foi realizada uma busca por publicações sobre o tema inovação social, no ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração), no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), nos últimos cinco anos. Obteve-se um retorno de oito artigos, sendo três em 2016, dois em 2015, dois em 2014, nenhum em 2013 e um em 2012. No entanto, ao se refinar a pesquisa para inovação social em associação/cooperativa/catadores de material reciclável, o retorno foi de apenas um artigo, em 2014. O artigo encontrado é de FERREIRA, T. A. Q.; SILVA, L. M. Inovação Social: Método do Capital Humano através da Participação Coletiva, 2014.

Neste mesmo período, foi feita uma pesquisa na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, seguindo os procedimentos mencionados acima e foram encontrados três artigos: sendo dois em 2012 e um em 2014. Porém, nenhum deles tratou da inovação social no ambiente de associação/cooperativa de recicláveis.

Mantendo o padrão dos procedimentos e o período das pesquisas anteriores, foi feita uma busca nas publicações do site da *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL). Nesta base de dados houve um retorno de vinte e oito artigos publicados no período de 2012 a 2016, sendo que em nenhum deles a inovação social no contexto de cooperativas/associações de material reciclável foi tratada.

Portanto, a escassez de produções científicas, na área da Administração, em torno do tema desta pesquisa, no contexto de associações ou cooperativas de catadores, reforça a importância da mesma, além de justificar sua realização, tanto em termos acadêmicos quanto sociais.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução, com a finalidade de contextualizar o tema da pesquisa, apresentar o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo, desenvolve-se a fundamentação teórica no campo da inovação social, que oferece o embasamento à pesquisa. No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia, descrevendo os aspectos metodológicos adotados. O quarto capítulo concentra a apresentação e a análise dos resultados, contemplando-se a ambiência na qual o estudo está inserido, sua origem, a formação e os dilemas vivenciados pela Apare em sua trajetória, além de uma análise quanto aos elementos de inovação social percebidos na associação. Finalmente, no capítulo cinco, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se uma revisão da literatura sobre o campo da inovação social. Inicia-se pela forma de como a evolução da inovação social vem se dando, alcançando-se aspectos relativos à sua relação com os processos de transformação social que propiciam.

Por sua relevância, também foram abordadas nesse estudo as cinco dimensões da inovação social: a dimensão das necessidades sociais, dos atores sociais, dos processos e atividades coletivas, da inovação propriamente dita e a das melhorias ou respostas sociais.

2.1 O campo da Inovação Social

Antes de tudo, cabe dizer o quanto o conceito de inovação vem se ampliando, saindo da inovação tecnológica, focada em processos ou em produtos, passando pelas inovações dos aspectos organizacionais e administrativos para, em seguida, abranger as inovações de mercado ou de marketing. Tornou-se, assim, uma palavra da moda e sinônimo de novidade, abrindo espaços em outras disciplinas e “incorporando significados que a tornaram mais abrangente e sistêmica” (BIGNETTI, 2011, p. 5).

Nos últimos anos, pesquisas sobre uma nova forma de inovação, a inovação social, começou a se multiplicar em diversos países por estudiosos como (CLOUTIER, 2003; DEES *et al.*, 2004; ANDRÉ e ABREU, 2006; MULGAN *et al.*, 2006; MOULAERT *et al.*, 2007; RODRIGUES, 2007; MURRAY *et al.*, 2010 ; MAURER e SILVA, 2014). No Brasil, segundo Bignetti (2011), ainda são poucas as iniciativas voltadas aos estudos sobre gestão da inovação social. Tal percepção confirma-se na busca, já mencionada anteriormente neste trabalho, feita nos principais sítios de informações sobre administração, dos últimos cinco anos de publicações sobre o tema da inovação social.

Desde as primeiras definições, estabelecidas em 1970 pelos pioneiros nos estudos neste campo, James B. Taylor e Dennis Gabor, a inovação social tem passado por várias formulações resultando, portanto, em um aglomerado de conceitos, sem se chegar a um consenso, tanto sobre sua definição, quanto sobre sua abrangência (CLOUTIER, 2003).

A variedade de noções sobre a inovação social se deve, antes de tudo, ao fato dessas experiências procurarem beneficiar, prioritariamente, os indivíduos e suas comunidades, “diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, voltadas fundamentalmente aos benefícios financeiros” (BIGNETTI, 2011, p. 6).

Além disso, o autor salienta que o crescente interesse pela inovação social em diversas partes do mundo e em várias e distintas áreas de pesquisa, deve-se ao fato de as estruturas estabelecidas, tanto no âmbito econômico, quanto no social e político “mostrarem (se) insatisfatórias na eliminação dos mais prementes problemas dos tempos atuais” (BIGNETTI, 2011, p. 8). Essas estruturas não só têm se apresentado ineficientes na resolução dos problemas sociais, como têm reforçado ainda mais, ao longo do tempo as desigualdades sociais existentes e os processos de exclusão social (BIGNETTI, 2011).

Para este pesquisador, a busca por uma definição consolidada de inovação social, entre os mais diferentes autores em inúmeras instituições de pesquisa, promove uma diversidade de conceitos, sendo alguns mais gerais e abrangentes e outros mais específicos e particulares. Contudo, esses pesquisadores apresentam em comum, o olhar para as mais diversas necessidades sociais e para os benefícios e transformações que essas inovações podem proporcionar a um determinado grupo, comunidade ou localidade (BIGNETTI, 2011).

Assim sendo, ao fazer uma ampla revisão da literatura sobre o tema, Bignetti (2011), apresenta algumas das definições encontradas, segundo diferentes autores e fontes, indicando desde a apresentada por Taylor, na década de 1970. Veja no QUADRO 1, que se segue.

Quadro 1 - Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes.

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino <i>et al.</i> ,	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos ou comunidades.
<i>Standford Social Innovation Review</i> (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e <i>empowerment</i>) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como um todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: (BIGNETTI, 2011, p.6)

No entanto, vale ressaltar que este pesquisador distingue alguns pontos essenciais, que caracterizam o aspecto social de uma inovação. Estes aspectos são: a criação de valor; a cooperação para resolver questões sociais; ser um processo de construção social e de geração de soluções; ser um processo de aprendizagem coletivo para realizar as transformações sociais; difundir o conhecimento gerado pela inovação (BIGNETTI, 2011, p. 7).

A criação de valor na inovação social, “se apresenta como uma resposta nova a uma situação social julgada não satisfatória e visa o bem-estar dos indivíduos e das coletividades através do atendimento a necessidades” (BIGNETTI, 2011, p. 7), sendo, portanto, voltada para atender as demandas de grupos sociais e da comunidade.

Já o fator cooperação para resolver questões sociais, enfatiza a importância das ações vinculadas à “cooperação intensa entre os atores envolvidos no sentido de se obterem transformações sociais duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais” (BIGNETTI, 2011, p. 7).

O processo de construção social da inovação social refere-se ao fato de a inovação estar centrada em ações comunitárias. Estas ações, normalmente iniciam-se por meio de modestos esforços locais, devido à disponibilidade limitada de recursos financeiros e materiais, na busca de solução para uma questão comum ao grupo social (BIGNETTI, 2011). O autor distingue, ainda, o processo de aprendizagem coletiva como fundamental para facilitar a “formação de novas relações sociais” que pode conduzir a um novo rearranjo nas estruturas sociais. O processo de aprendizagem coletiva se alicerça no potencial das pessoas e da comunidade para se capacitarem e promoverem as transformações nas relações sociais (BIGNETTI, 2011, p. 7).

Finalmente, o autor cita a importância da disseminação das informações que favoreçam a “replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades” (BIGNETTI, 2011, p. 7). Nesse sentido, a divulgação de experiências inovadoras entre comunidades e entre organizações é uma prática comum, diferentemente das inovações de interesse econômico (BIGNETTI, 2011).

Já Rodrigues (2007), destaca a importância dos impactos sociais gerados pelas iniciativas de inovação social. Ela aponta para a importância de se analisar os impactos sociais gerados pela inovação, e como proporciona novas formas de relações econômicas e sociais na vida do ser humano. A autora observa que, a partir dos anos 1970 ocorreu, em vários países, um aumento no número de cooperativas e associações, cuja finalidade era promover inclusão social com geração de renda. Estas organizações surgiram como alternativas inovadoras para superar problemas sociais por meio de uma nova forma de atividade econômica, por se tratar de instituições sem fins lucrativos (RODRIGUES, 2007).

Além disso, elas tinham como propósito a capacitação e a geração de renda para pessoas em situação de desemprego prolongado e sem qualificação para o mercado de trabalho, sendo este o aspecto inovador dessas cooperativas e associações, na ótica desta estudiosa. Ela evidencia, ainda, que os contínuos avanços na tecnologia da informação vão definindo, cada vez mais, a elevação nos níveis de exigência e qualificação, empurrando um vasto contingente de pessoas para o desemprego. A autora reconhece, ainda, a relevância das inovações, tanto no aspecto tecnológico, quanto nos processos produtivos para o desenvolvimento da economia social (RODRIGUES, 2007).

Assim sendo Rodrigues (2007), em seu estudo sobre inovação social, procurou agrupar os autores e suas obras em três níveis de análise, a fim de “salientar a orientação primeira do impacto da inovação social” (RODRIGUES, 2007, p. 122), sem, contudo, considerar esses níveis como limitadores, uma vez que há uma inter-relação entre os mesmos. Desta forma, a autora estabeleceu sua análise classificando em: inovações sociais centradas em indivíduos, em organizações e em instituições.

Sua escolha foi inspirada “na proposta de Alain Touraine para análise dos níveis do sistema social” (RODRIGUES, 2007, p. 122). Ela ressalta que “os três níveis são interdependentes”, uma vez que uma inovação social centrada nos indivíduos, por exemplo, certamente se reflete nas organizações e nas instituições (RODRIGUES,

2007, p. 122). A autora fez um resumo sobre a produção intelectual em inovação social utilizando o quadro que se segue:

Quadro 2 - Resumo da Inovação Social

Autores	Indicadores de Inovação Social	Níveis da Inovação
<p>Auclair Lampron (1987)</p> <p>Taylor (1970)</p> <p>Cloutier (2003)</p>	<p>Novas formas de divisão e coordenação do trabalho (cooperação e geração de aprendizagem);</p> <p>Novos atores sociais, antes excluídos ou marginalizados;</p> <p>Novos papéis sociais (ou rearranjo de papéis sociais). Mudanças nas expectativas recíprocas nas relações sociais envolvendo pessoas excluídas;</p> <p>Grau de inclusão de usuários ou beneficiários nos processos de decisão, concepção, desenvolvimento e entrega de bens e serviços sociais.</p>	<p>Atores Sociais (indivíduos/grupos)</p> <p>Aumentar e favorecer autonomia e emancipação;</p> <p>Promover qualidade de Vida;</p> <p>Sentido para o trabalho</p>
<p>Cornforth (2003)</p> <p>Gordon (1989)</p> <p>Cloutier (2003)</p> <p>Taylor, M (1996)</p>	<p>Novas formas de divisão e coordenação do trabalho;</p> <p>Novas configurações organizacionais: estruturas em rede, por projetos, matriciais;</p> <p>Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade);</p> <p>Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo);</p> <p>Grau de participação de diferentes <i>stakeholders</i> nos processos decisórios.</p>	<p>Organizações</p> <p>Formas Organizacionais</p> <p>Formas de Governança</p> <p>Aspectos Jurídicos, normativos e econômicos</p>
<p>Lévesque (2002)</p> <p>Cloutier (2003)</p>	<p>Universalização de direitos;</p> <p>Legislação sobre inclusão social e defesa de minorias.</p>	<p>Instituições</p> <p>Mudanças nos ambientes legal, político, social e econômico</p>

Fonte: (RODRIGUES, 2007, p. 123)

Para a autora, a inovação social pode emergir de atitudes relacionadas à percepção de uma situação social insatisfatória que pode ser modificada, transformando o indivíduo em seu estilo de vida, na organização do trabalho e na participação e influência sobre as decisões que afetam seu próprio destino (RODRIGUES, 2007). Esta perspectiva alinha-se à visão de Klein *et al* (2016), que definem como inovadoras as ações que oferecem soluções que colocam a “economia a serviço da sociedade”, sendo esta uma prática contrária às “práticas dominantes” (KLEIN *et al.*, 2016, p. 4).

Com o crescente interesse pelo tema algumas universidades, paralelamente, começaram a desenvolver programas de pesquisa e cursos específicos sobre inovação social, nos EUA, no Canadá e na Europa. No Brasil, o estudo começou a ser desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), ao formar uma rede de estudos e de ações apoiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho, e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia (BIGNETTI, 2011). E, também, pelo Observatório da Inovação Social, com apoio institucional PROPESQUISA EBAPE/FGV e CNPq (COSTA *et al.*, 2014, p. 12).

De acordo com Costa *et al*, (2014, p. 12), uma característica marcante do ser humano é a “busca frenética por novos horizontes”, seja através de novos produtos, processos ou arranjos organizacionais, normalmente motivadas por necessidades, crises, movimentos grupais ou mesmo por processos criativos que englobam, desde a invenção até sua implementação prática e adequação à realidade vivenciada, até o processo de difusão das inovações, para que possam ser aplicadas e expandidas para outras localidades (COSTA *et al.*, 2014).

Segundo esses autores, a literatura aponta quatro escolas de inovação social e suas respectivas definições. Um resumo sobre as abordagens dessas escolas será apresentado no QUADRO 3, a seguir. (COSTA *et al.*, 2014). Todavia, vale lembrar que este estudo optou por seguir a definição apresentada pelo grupo CRISES (*Centre de Recherches sur les Innovations Sociales*), por se apresentar, ao que tudo indica a mais completa.

Quadro 3 - Escolas de Inovação Social

Instituição	Definição
<i>Centre for Social Innovation</i> (Canadá)	Novas ideias que têm a capacidade de alterar os rumos sociais, econômicos e ambientais beneficiando pessoas e o planeta. Ideias que rompem com as estruturas atuais agindo como transformadoras do sistema.
<i>Discovers Social Innovation</i> (<i>British Council - China</i>)	Novas ideias que visem a metas sociais, atendendo às necessidades da sociedade através de serviços, produtos e organizações.
Instituto de Inovação Social da Grécia	Processo de identificação de riscos e problemas da sociedade moderna e a procura por soluções alternativas. Ideias que melhorem a qualidade de vida e oportunidades econômicas. Foco no emprego e condições de trabalho, proteção social e desenvolvimento local.
<i>Massachusetts Institute of Technology</i> (MIT) - USA	Inovação social se refere a atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difunde predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social.
Observatório da Inovação Social – EBAPE /FGV	Capacidade de transformar relações de poder, resultando na expansão da cidadania e na redução da exclusão social; a construção de novos sujeitos políticos; a transformação das práticas e processos de gestão pública; e o desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de planejamento; tomada de decisões, implementação e avaliação de políticas públicas.

Fonte: Costa *et al*, (2014, p. 12).

O já citado *Centre de recherche sur les innovations sociales* (CRISES), é uma “rede formada por universidades do Québec, que se vinculam através de projetos comuns” no desenvolvimento de programas de pesquisa sobre inovação social (BIGNETTI, 2011, P. 5). Eles relacionam a possibilidade de transformação social das pessoas por meio da inovação, que pode ser dividida em três eixos de análise: relações de trabalho e geração de emprego; condições de vida e territorial (SOUZA, A. C. A. A. & FILHO, J.C.L.S., 2014, p.4).

O eixo territorial foca nos papéis dos atores sociais e suas práticas inovadoras na reestruturação territorial. Já o eixo que focaliza as condições de vida considera o consumo, a estrutura familiar, a inserção no mercado de trabalho, a habitação, a saúde e a segurança, ligadas às políticas públicas e aos movimentos sociais. Finalmente, o eixo do trabalho e do emprego concentra-se na organização do trabalho, nas leis trabalhistas, na governança corporativa e na economia do conhecimento (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016).

Segundo Correia, Oliveira, e Gomes, (2016, p. 4), o campo da inovação social integra uma perspectiva focada em processos e outra focada em resultados. A perspectiva focada em processos observa a geração de valor social através dos fatores de inclusão, de capacitação e da ampla cooperação entre os atores envolvidos, como meio de se alcançar transformações sociais que possam promover mudanças nas relações e condições sociais. Esta perspectiva é a da ênfase na natureza participativa e colaborativa da aprendizagem.

Para estas autoras, a perspectiva do resultado considera que a inovação social precisa “ir além das necessidades específicas, visando o valor social, com base em valores, aspirações e criação de novos significados” (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016, p. 5).

No entanto, para chegar a uma definição mais abrangente e completa de inovação social, as mesmas pesquisadoras afirmam que é necessário “abranger todos os conceitos de forma complementar, uma vez que uma única dimensão não é suficiente para traduzir a complexidade do sujeito” (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016, p. 5).

Para André e Abreu (2006), a inovação social deve ser entendida como uma correlação simultânea de três atributos fundamentais:

A satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; promoção da inclusão social; e capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencialmente ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social (ANDRÉ e ABREU, 2006, p. 124).

Produzindo assim, “uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social”, criando possibilidade de alteração das relações de poder (ANDRÉ e ABREU, 2006, p. 124).

Estes autores acentuam ainda que, “é no âmbito dos processos que a inovação social assume maior relevância” (ANDRÉ e ABREU, 2006, p.126), visto que dois dos três atributos acima citados, associados à inovação social são processos: a inclusão social e a capacitação de pessoas em situação de exclusão. A própria ideia de mudança social como transformação das relações de poder está claramente associada a processos.

A capacidade dos indivíduos de construir relações sociais é fundamental para os processos de inovação social (SGARAGLI, 2015). Essas relações, na inovação social, são estabelecidas pelos atores sociais, que podem ser indivíduos da sociedade civil, membros de cooperativas – associações – sindicatos, instituições públicas e privadas (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016). No entanto, para Lévesque (2002), as inovações sociais que podem ser melhor descritas como "sociais" são aquelas desenvolvidas por atores da sociedade civil.

Iniciativas e mobilização da sociedade civil emergem gradualmente, com um objetivo comum, e incentivam a descoberta de novas soluções que atendam às necessidades sociais, através da articulação de atores capazes de alcançar os resultados almejados. O envolvimento dos atores sociais depende de sua relação com o atendimento de necessidades não satisfeitas, contando com os atuais mecanismos de governança e seu alto nível de articulação, aprendizagem e capacitação, bem como da realidade social.

Somando-se a estes fatores, para se implementar uma iniciativa de sucesso no campo da inovação social é importante que haja sinergia dos atores e a sua motivação para a inovação, bem como sua força para lidar com os obstáculos e sua disponibilidade para gerenciar recursos que possibilitem corrigir e superar esses entraves (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

Vale ressaltar que a inovação social demanda a participação de atores que ocupam diferentes papéis distribuídos em múltiplas dimensões, com diversas culturas e identidades, assumindo um interesse coletivo e público. Com base nos argumentos expostos acima, a dimensão dos atores consiste em uma nova combinação de modelos de negócios e parcerias, de modo que sejam envolvidos nos processos decisórios, fazendo escolhas que facilitem as mudanças necessárias (RODRIGUES, 2007).

A pesquisadora Cloutier (2003), que faz parte do grupo CRISES, concentra sua atenção nas “inovações sociais centradas no indivíduo, nas inovações orientadas sobre o meio e nas inovações geradas no seio das empresas” (BIGNETTI, 2011, p. 8). Para ela, as inovações devem conter ações que promovam mudanças duradouras no indivíduo, capacitando-o a mudar seu destino.

As inovações orientadas sobre o meio busariam desenvolver, através das instituições presentes em um local, ações no sentido de melhorar a qualidade de vida das comunidades ou de grupos sociais. Por outro lado, as inovações dentro das empresas teriam como objetivo “desenvolver novas formas organizacionais e de produção, resultando num novo arranjo social que favorecesse a criação de conhecimentos e de tecnologia e possibilitasse melhoria da qualidade de vida no trabalho” (BIGNETTI, 2011, p. 9), desta forma, a melhoria da qualidade de vida, além de estar voltada somente para o ambiente de trabalho, pode ser mera consequência e não o objetivo da inovação.

Para resumir as abordagens de análise das inovações sociais, Bignetti (2011), propõe um corte alternativo para os estudos. Este corte refere-se aos meios de ação e de aglutinação de recursos, que permitem o entendimento das mudanças geradas pela inovação social através de três focos distintos: indivíduos, organizações e movimentos.

O primeiro refere-se às mudanças sociais resultantes das ações de iniciativas pessoais, motivadas por alguma questão. O segundo foco viável de estudo está ligado às organizações, onde os propósitos individuais alinham-se aos propósitos coletivos. Um terceiro foco possível concentra-se nos movimentos (BIGNETTI,

2011). “Do ponto de vista histórico, os grandes movimentos, como o feminismo e o ambientalismo, por exemplo, surgiram como agentes de mudança social radical” (MULGAN *et al.*, 2007).

Conforme ressaltado anteriormente, uma revisão da literatura sobre inovação social indica, segundo Bignetti (2011), que há diferentes ângulos de abordagem para analisar o tema. No QUADRO 4, o autor oferece um resumo dessas abordagens (BIGNETTI, 2011. p. 9).

Quadro 4 - Formas de abordagem da Inovação Social.

Autores	Abordagem	Cortes Analíticos
Chambon <i>et al.</i> (1982)	Dimensões da inovação social	Forma; Processo de criação e implantação; Atores.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Dinâmicas inerentes ao seu desenvolvimento e à sua aplicação	Combinações; Fronteiras; Novas relações sociais.
Dees <i>et al.</i> (2004)	Resultados e formas de difusão	Modelo organizacional; Programa; Princípios.
CRISES (2010)	Eixos de concentração do programa de pesquisa	Território; Qualidade de vida ; Trabalho e emprego.
Cloutier (2003)	Níveis de análise	Inovações centradas no indivíduo; Inovações orientadas sobre o meio; Inovações no seio das empresas.

Fonte: (BIGNETTI, 2011. p. 9)

Como já foram mencionadas, por sua relevância, as dimensões de análise da inovação são categorizadas em cinco dimensões: a dimensão das necessidades sociais, que são normalmente específicas, vivenciadas localmente em uma situação caracterizada como inaceitável ou insatisfatória; dos atores sociais, que são os

responsáveis pela inovação social em colaboração, podendo ser indivíduos, instituições e organizações; a dimensão dos processos e atividades coletivas, como ativos de colaboração, cooperação e aprendizagem para os atores. Além destas, a dimensão da inovação para o contexto, mas não limitado por ele, que poderia ser usado em outra realidade social e a dimensão das melhorias e respostas sociais, que geram valor e capacidades sociais para satisfazer as necessidades. Tais dimensões serão consideradas a seguir (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

2.1.1 Dimensão das necessidades sociais

As necessidades sociais são construções realizadas de baixo para cima, pela sociedade civil, muitas vezes gerada pelo mercado, pela ineficiência do governo ou mesmo pela própria ausência deste. A inovação social deve ser entendida como a busca da satisfação das necessidades e também como uma forma de encontrar respostas a crises sociais, econômicas e ambientais. Assim, as organizações da sociedade civil tentam reagir e buscar novas práticas através de iniciativas de inovação social, utilizando mecanismos de solidariedade local e de reciprocidade que reconheçam novas estruturas de ação e de governança (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016).

A mudança nas estruturas econômicas locais, causada por crises, descontinuidades e rupturas, provoca impactos no conjunto de relações econômicas. Esses impactos levam os atores a fazer adaptações e criar novas trajetórias, desenvolvendo a inovação como forma de enfrentar mudanças nas estruturas econômicas locais e, também, para obter uma maior compreensão do contexto em que se inserem, tornando assim, os atores mais preparados para enfrentar esses desafios (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

2.1.2 Dimensão dos atores sociais

A capacidade dos indivíduos de construir relações sociais é fundamental para os processos de inovação social (SGARAGLI, 2015). Os atores relacionados ao processo de inovação social podem ser pessoas da sociedade civil, membros de cooperativas e associações, de sindicatos ou associações comunitárias. Tais atores, às vezes, são classificados em organizacionais e institucionais. Os atores

organizacionais englobam as “empresas, as organizações de economia social, empresas coletivas e os beneficiários de organizações privadas” (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016, p. 5). Já os atores institucionais são aqueles que representam instituições públicas nos três níveis - federal, estadual e local.

Iniciativas e mobilização da sociedade civil emergem gradualmente, com um objetivo comum, e incentivam a descoberta de novas soluções que atendam às necessidades sociais, através da articulação de atores capazes de alcançar resultados sociais. O envolvimento dos atores sociais depende de sua relação com a satisfação de necessidades concretas, envolvendo os atuais mecanismos de governança e seu alto nível de articulação, aprendizagem e capacitação, bem como a realidade do contexto social. Somando-se a estes fatores, para se implementar uma iniciativa de sucesso no campo da inovação social é importante considerar o grau de motivação para a inovação desses atores, a sinergia entre eles bem como a determinação para gerenciar recursos, lidar com os desafios, buscando superá-los (CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GOMES, C. R. P., 2016).

Vale ressaltar que a inovação social assume a participação de atores que ocupam diferentes papéis distribuídos em múltiplos espaços, com diferentes culturas e identidades, assumindo um interesse coletivo e público. Com base nos argumentos expostos acima, a dimensão dos atores existe em uma nova combinação de modelos de negócios e parcerias, de modo que os mesmos sejam envolvidos nos processos decisórios, fazendo escolhas que facilitem as mudanças necessárias (RODRIGUES, 2007).

2.1.3 Dimensão dos processos

Para cumprir o papel dos processos, a inovação social deve considerar dois requisitos relacionados ao seu processo de criação e implementação: a diversidade de atores, que enfatiza a importância da cooperação entre eles, e a participação ativa dos usuários (CLOUTIER, 2003).

O processo de inovação social é classificado em três fases, e o grau de participação dos atores varia de acordo com a fase do processo de inovação. As fases são: fase

da consciência do problema, da identificação das causas e da implementação das soluções. As inovações sociais provocam transformações nos atores envolvidos no processo, o que demanda mudança de atitudes, comportamentos ou percepções do grupo de pessoas, cujos interesses estão alinhados. Investir na formação das suas capacidades é uma forma de desafiar as relações de poder e de incluir abordagens participativas na gestão dos recursos disponíveis em uma determinada localidade, região ou contexto (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

Na dimensão dos processos, a inovação social mostra sua relevância, que vem da inclusão social, da formação de indivíduos e da ideia de mudança social como fator que pode transformar as relações de poder. Por isso, a inovação social passa a ser uma questão de inovação de processos e, também, de mudança na dinâmica das relações sociais e das relações de poder, de modo a levar a uma maior participação e inclusão de indivíduos (ANDRÉ & ABREU, 2006).

2.1.4 Dimensão da inovação

As inovações sociais apresentam novas soluções ou respostas fora do padrão, em um contexto específico. A dimensão da inovação está relacionada a uma ação reorganizada, medida pela extensão e profundidade das mudanças que promove no ambiente. Na visão de Cloutier (2003), trata-se de uma condição suficiente para a inovação social, embora não seja essencial.

As inovações sociais aparecem quando as ações dos atores para resolver uma situação problema, geram resultado positivo, após um período de crise. Mas para ser inovação a solução não deve ter precedente no ambiente em que emerge, resultando em novos arranjos organizacionais entre atores e em novas regras sociais. Estas soluções apresentam-se como novas na fase inicial da implementação, porém, no longo prazo, tendem a ser institucionalizadas, gerando novos modelos de trabalho, desenvolvimento e gestão (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

Sendo assim, o impacto da inovação no meio onde está inserida constitui fator preponderante ao fator novidade, dentro do contexto de inovação social, uma vez

que gera novas soluções, favorecendo a obtenção dos resultados que melhoram a vida da população e aprimoram as práticas existentes. Mas é importante observar a forma de fazer ou produzir o conhecimento, bem como a “inclusão de valores como a participação e a divulgação do conhecimento entre todas as partes envolvidas na busca de uma solução que possa ser facilmente aplicada pela comunidade com a incorporação do novo conhecimento” (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016, p. 7). Em suma, o que caracteriza a inovação social é um novo arranjo institucional provocado por uma ação coletiva. Portanto, a originalidade não está apenas no desenvolvimento de inovações, mas também no emprego de conhecimentos e soluções existentes, exploradas amplamente pelo mercado em novos contextos, onde a ideia central da inovação pode ser reaplicada, fazendo-se as adequações necessárias ao novo cenário (CORREIA, OLIVEIRA, e GOMES, 2016).

2.1.5 Dimensão das melhorias e respostas sociais

O foco desta dimensão é o resultado e a transformação proporcionada pela inovação social. Para Cloutier (2003), a inovação social deve ser caracterizada pelos objetivos de mudança que propõe, com foco nas questões sociais que pretende resolver e na busca por melhores condições de vida para indivíduos e para a comunidade onde estão inseridos.

A inovação social deve ser mais eficaz do que as soluções existentes fornecendo, de forma criativa e efetiva, sua contribuição para o bem-estar dos indivíduos e das coletividades, gerando melhorias nas condições de vida, nos níveis de satisfação, nas taxas de esperança de vida e na reinserção no mercado de trabalho. Assim sendo, os atores organizacionais devem concentrar seus esforços nos setores menos afortunados ou marginalizados da sociedade (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016). Neste contexto, as melhorias sociopolíticas provocadas pela inovação social demonstram que a sociedade civil pode redescobrir seu poder de cooperação e tornar-se um agente ativo na busca de soluções de necessidades sociais locais, gerindo os seus próprios recursos, sem esperar por uma mudança global de cima para baixo na política, na economia, nas instituições ou na infraestrutura do sistema (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são tratados os aspectos metodológicos do estudo quanto ao tipo e sujeitos de pesquisa, abordagem, método, unidade de análise, técnica de coleta e de análise de dados.

3.1 Tipo, abordagem e método de pesquisa

No presente estudo realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva, na medida em que buscou-se descrever aspectos relacionados à inovação social no contexto da Apare e seu impacto na vida dos catadores. Conforme apontam Gil, (2008); Gerhard e Silveira (2009), isto exige muitas informações sobre a unidade de observação que se deseja pesquisar, com o objetivo principal de descrever características, fatos e fenômenos, buscando estabelecer relações, conexões e inferências dentro do grupo pesquisado.

A abordagem da investigação foi qualitativa, uma vez que se procurou aprofundar na compreensão do contexto da Apare e do seu significado e importância na vida dos catadores. De acordo com Gerhard e Silveira (2009), as pesquisas que utilizam métodos qualitativos preocupam-se em compreender profundamente uma determinada situação, buscando explicar o porquê dos fenômenos. Ademais, a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2002, p.21). A escolha da abordagem deve-se também ao fator subjetivo que envolve a problemática e o objetivo de estudá-la em profundidade. Assim sendo, para Colline e Hussey, (2005), a abordagem qualitativa diz respeito às qualidades e características não numéricas do problema estudado e de sua análise. No nosso caso consistiu em analisar, em nível de profundidade, o significado e a importância da Apare na vida dos catadores.

Foi realizado um levantamento de todas as informações possíveis sobre a Apare, desde sua origem até os dias atuais, para investigar questões que poderiam ser relacionadas ao objetivo deste estudo. Tratou-se, portanto, de um estudo de caso.

Gil (2008) pondera que este método é caracterizado pela busca conhecer, de forma exaustiva e em profundidade o contexto determinado.

Para Yin (2010), utiliza-se o estudo de caso quando se deseja investigar questões dentro de um contexto, que necessita um nível elevado de detalhamento das relações entre indivíduos, organizações e o meio ambiente, o que justifica a utilização deste método neste estudo. Para o autor, o estudo de caso tenta esclarecer e compreender as questões investigadas, por meio de observações e interpretações em profundidade sobre as informações obtidas da unidade de observação.

3.2 Unidade de análise e sujeitos de pesquisa

A unidade de análise de um estudo, conforme considera Collis e Hussey (2005), pode ser uma organização da qual se coletam os dados que serão analisados. Assim, a unidade de análise deste trabalho foi a Associação Patense de Reciclagem (Apare) de Patos de Minas, pois foi dela que obtivemos as informações necessárias para a pesquisa.

A escolha por esta associação deveu-se ao fator acessibilidade e por se apresentar como uma experiência que favorece a realização da atividade de catação de materiais recicláveis, sendo a única na região de Patos de Minas.

Os sujeitos da pesquisa foram os seis catadores associados que fizeram parte de sua fundação e permanecem na Apare ainda hoje, além daqueles dentre os sete associados que ingressaram em períodos posteriores e que aceitaram ser entrevistados. Entre os associados fundadores, está a atual presidente da associação. Foi entrevistada, também, a presidente que fez parte do processo de revitalização, no período de 2012-2013. Apesar de ter sido a única presidente da instituição que não pertencia ao grupo de associados, já havia sido parceira no processo de sua fundação, como uma liderança voluntária da comunidade, assumindo a função de presidir temporariamente a associação para contribuir com seu processo de revitalização.

Outra entrevistada, que também fez parte dos sujeitos de pesquisa deste estudo foi a representante da Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas (ADESP), que, além de participar de todo o processo de planejamento, estruturação e implementação do Programa Lixo e Cidadania, atuou no processo de fundação da Apare e, ainda hoje, é uma referência e apoio para a mesma.

3.3 Técnica de coleta de dados

Em um primeiro momento, a pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas. No entanto, foi utilizado um roteiro apenas como parâmetro, para introduzir o primeiro contato, ajudando a lembrar de aspectos importantes da pesquisa e permitir que se criasse uma proximidade inicial com os entrevistados. O contato inicial foi com a presidente da Apare, apresentando o projeto e solicitando sua permissão para que se realizasse a pesquisa sobre a associação. Deste modo contou-se com sua colaboração, concedendo-nos entrevistas, indicando os associados fundadores e agendando as entrevistas com os mesmos, além de incentivá-los a participar. E ainda permitir o acesso a alguns documentos e informações.

As entrevistas foram realizadas, individualmente, com os seis associados que fazem parte da Apare desde a fundação, dentre eles, a presidente atual. Com as informações obtidas nesta fase, o campo nos mostrou outras pessoas decisivas, que participaram do processo de formação e, posteriormente, de revitalização da Apare: os catadores novatos, a presidente do período de intervenção, em 2012-2013 e a representante da Adesp. Em etapas posteriores, as entrevistas mantiveram-se de forma individual, mas transcorreram de forma livre e foram aprofundadas, permitindo que o entrevistado falasse da sua experiência como catador e como associado, na sua própria perspectiva.

Nessas entrevistas, buscou-se levantar todas as informações possíveis sobre a Apare, abordando, sobretudo, as dificuldades que vem atravessando. Na perspectiva de Gil (2008), a entrevista semiestruturada é uma técnica na qual o pesquisador formula perguntas diretamente ao sujeito de pesquisa, na intenção de colher informações necessária ao estudo. Godoy (2006) complementa esta

percepção, ao expor que a entrevista semiestruturada tem como principal objetivo entender os significados das questões do ponto de vista dos entrevistados. Neste sentido, foi oferecida ao entrevistado a oportunidade de discorrer livremente sobre tópicos previamente estabelecidos. Os tópicos centrais da entrevista foram: a percepção do sujeito a respeito do trabalho na associação; a percepção sobre o trabalho no lixão; o que mudou na própria vida e na dos associados após a criação da Apare. Além disto, foram abordadas as dificuldades percebidas por eles no trabalho na associação, quais as dificuldades que a própria associação enfrenta e que ações podem minimizar ou solucionar estas dificuldades.

As entrevistas foram gravadas, com autorização prévia dos entrevistados e transcritas posteriormente, sendo transformadas em documentos escritos para garantir eficiência na análise dos dados. O sigilo das identidades foi garantido, embora eles não fizessem nenhuma questão do mesmo pelo contrário, sentiam-se valorizados, dizendo que não ficariam esquecidos.

As informações foram sendo colhidas gradativamente, à medida que a pesquisadora ia conseguindo quebrar resistências, ao levar, por diversas vezes, materiais recicláveis diversos, percebendo, aos poucos, assim alguns mecanismos de regulação que os associados vêm descobrindo ao longo do tempo, agregando valor aos produtos e vendendo alguns materiais reaproveitáveis também no varejo.

Em um segundo momento, foi realizada a pesquisa documental baseada no acervo de registros da própria Apare, da Adesp, da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, em jornais, e em anotações feitas por instituições parceiras que participaram da fundação e do processo de revitalização. Buscou-se, desta maneira, obter mais informações que esclarecessem ou aprofundassem o conhecimento sobre a instituição. Durante todo o processo de construção da pesquisa foram empreendidos estudos acadêmicos sobre catadores, associações de catadores e inovação social em dissertações, teses, artigos científicos, livros e outras publicações.

Ademais, procurou-se seguir a perspectiva de Lima (2010), concentrando esforços no sentido de construir a compreensão de como o objeto foi constituído, trilhando o

caminho que o próprio campo foi nos fornecendo, para que se pudesse conhecê-lo e decifrá-lo e, finalmente, poder estabelecer relações e conexões, de modo a chegar a abstrações e a possíveis generalizações.

3.4 Técnica de análise de dados

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo que, na ótica de Bardin (2009 p. 131), “consiste em descobrir os núcleos de sentidos que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Tal técnica compreende as seguintes etapas: primeiro faz-se uma análise prévia, selecionando o material a ser trabalhado e, em seguida, faz-se a definição de procedimentos a serem seguidos. Na etapa seguinte, faz-se a exploração do material, que consiste na aplicação dos procedimentos definidos. Por fim, procede-se o tratamento e à interpretação dos dados, que podem gerar outras orientações para uma nova análise (BARDIN, 2009).

Assim, ao finalizar a coleta de informações por meio das entrevistas e da pesquisa documental, os dados foram organizados e analisados a partir de temas, que foram sendo definidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, com suporte nas considerações da orientadora e no referencial teórico que fundamenta este estudo. A partir daí, iniciou-se a etapa da escrita e da teorização, buscando estabelecer diálogos com outros pesquisadores que estudaram os catadores, as associações e a inovação social, confrontando informações relevantes ao objetivo deste estudo, obtidas no campo, com as bases teóricas da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo diz respeito à apresentação e análise dos resultados da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se o contexto e as ações que impulsionaram a origem da Apare e, em seguida, sua fundação. Na sequência são apresentados os problemas enfrentados pela associação ao longo de sua existência, bem como os dilemas de sua gestão. Finalmente confrontamos com a teoria aqueles aspectos que nos permitem afirmar que a associação é uma experiência socialmente inovadora.

As informações que aqui se encontram foram obtidas por meio de entrevistas, de relatórios técnicos elaborados pela Adesp, por uma equipe do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) e por meio de um plano de ação para implantação do programa lixo e cidadania no município de Patos de Minas. Para referenciar o Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do Programa Lixo e Cidadania, feito pela Adesp, adotou-se a abreviação de suas iniciais, RTAI do PLC - ADESP. Já o Plano de Ação Estratégico Municipal para a Implementação do Programa Lixo e Cidadania, elaborado em conjunto pela Adesp, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Prefeitura Municipal de Patos de Minas (PMPM), foi citado como PAEMI do PLC – ADESP/SEBRAE/PMPM. Tivemos também acesso aos relatórios efetuados pela equipe do Unipam, incluídos como anexos no trabalho de conclusão de curso de uma aluna do curso de Administração da referida instituição, aqui identificada como (RIBEIRO, 2003). Ao mencionar as entrevistas realizadas com a presidente da Apare, do período de intervenção, identificou-se como PRESIDENTE APARE 2012/2013 e com a representante da Adesp, por sua vez, como REPRESENTANTE ADESP. Alguns dados que constam deste capítulo têm, como fonte, uma dissertação de mestrado realizada por um cidadão patense que participou ativamente do processo de revitalização da Apare (SOUZA e ANDRADE, 2014).

4.1 O contexto e ações que impulsionaram a origem da Apare

A Apare teve sua origem em uma demanda social, num contexto que exigia iniciativas voltadas para o resgate da dignidade e da cidadania de inúmeras pessoas

que viviam das sobras e dos desperdícios. Assim, tornou-se urgente e fundamental uma intervenção do poder público e da sociedade, em geral, na criação de projetos voltados para a melhoria das condições de vida dessas famílias, proporcionando informação, segurança e logística para o desenvolvimento das atividades cotidianas de trabalho (LIMA e BORGES, 2016).

Ademais, um fato ocorrido com várias crianças no Nordeste, em 1994, com ampla divulgação pela imprensa, sensibilizou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que, a partir de então iniciou, por meio de um programa específico, a busca por soluções para o problema das famílias que tiravam seu sustento dos lixões.

A iniciativa desse programa foi do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que se envolveu com a questão do lixo a partir de 1994, por um fato que comoveu o país. Várias crianças que trabalhavam no lixão de Aguazinha em Olinda foram hospitalizadas com intoxicação por terem ingerido lixo. [...]. Iniciou-se, então a participação do UNICEF na busca de soluções para o problema de milhares de crianças que, junto com suas famílias sobrevivem do que colhem nos lixões do Brasil. Foram desenvolvidos cinco projetos em municípios do Nordeste e Norte do país. A reflexão sobre essas ricas experiências consolidou uma nova fórmula de tratar os lixos nas cidades [...]. Essas experiências juntamente com outras iniciativas bem sucedidas em outros estados brasileiros inspiraram o Programa Nacional Lixo e Cidadania (ABREU, 2001, p.16).

A partir de então, esta instituição iniciou a elaboração de um plano de ação, criando um projeto de inovação institucional que envolveu iniciativas e ações governamentais, nos mais diferentes níveis de governo – federal, estadual, municipal e de vários setores não governamentais, ONGs, empresas, universidades, associações profissionais e outros segmentos, na busca de soluções para resgatar a dignidade e cidadania destas famílias, bem como oferecer uma destinação correta para o lixo (DIAS e MATOS, 2008). Conforme esclarece Mulgan (2006), os projetos devem contar com forças compartilhadas entre cidades, governos, empresas e ONGs para acelerar sua capacidade de inovação.

A preocupação inicial foi com as crianças que viviam nos lixões de diversas cidades brasileiras, sendo que desta demanda, vieram à tona outras questões importantes, tais como o problema ambiental do lixo, a questão cultural, a discriminação e a exclusão social. Entre as ações visando a busca de soluções, envolvendo diversos

setores da sociedade civil e pública, ocorreu a criação de leis e de programas em níveis federal, estadual e municipal (RIBEIRO, 2003; PAEMI do PLC – ADESP/SEBRAE/PMPM).

Tratava-se de um primeiro esforço no sentido de iniciar uma mudança de mentalidade da sociedade, em geral, e dos próprios catadores. Era importante conseguir o envolvimento do maior número possível de pessoas e parceiros para a solução dos problemas emergentes. Desta forma, tentou-se promover melhorias sociais para estes atores que, em busca de sobrevivência e do enfrentamento do desemprego, buscavam nos lixões sua fonte de subsistência (RIBEIRO, 2003; OLIVEIRA e LIMA, 2016).

A preocupação do Unicef impôs a necessidade de articulação de parcerias entre os diversos setores governamentais e não governamentais para a implantação do Programa Lixo e Cidadania (PLC). Formou-se uma rede de solidariedade, para colocar em prática ações que visavam proporcionar às famílias que viviam no “lixo”, a oportunidade de uma de vida melhor, contribuindo para uma solução urgente do problema de destinação final do mesmo nas cidades brasileiras (RIBEIRO, 2003; DIAS e MATOS, 2008).

Em junho de 1998, foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), que reunia órgãos governamentais, ONGs e entidades técnicas que atuavam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano. Diversas entidades comprometeram-se com a implantação do Programa Lixo e Cidadania, cujos objetivos consistiam em: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes na catação de material reaproveitável nos lixões; promover inclusão social, com cidadania; gerar emprego e renda para as famílias que sobreviviam desta atividade e contribuir para uma solução urgente do problema da coleta e do destino final do lixo, assim como da recuperação das áreas degradadas (DIAS, 2007; OLIVEIRA, 2016).

O papel do Fórum Nacional era o de favorecer a discussão e a apresentação de soluções para os problemas do lixo, articular uma rede de projetos e programas já em desenvolvimento e interferir nas políticas nacionais para o direcionamento de novas ações que concorressem para o alcance dos objetivos do Programa Lixo e

Cidadania. O Fórum Nacional teve importante papel político, protagonizando a temática em relação aos problemas do lixo urbano, quanto na organização de ações dos diversos segmentos políticos e organizacionais em seu entorno, adquirindo “legitimidade como arranjo institucional participativo e representativo, propondo políticas públicas para o setor dos resíduos sólidos [...] de caráter inclusivo” (DIAS e MATOS, 2008). Dentre as atividades de destaque do Fórum tem-se, a mobilização nacional, com sensibilização da sociedade, de ONGs e dos governos estaduais e municipais, estimulando a implantação dos fóruns estaduais e municipais do PLC (PAEMI do PLC – ADESP/ SEBRAE/PMPM).

Seguindo o modelo do Fórum Nacional, formaram-se os fóruns estaduais Lixo e Cidadania em diversos pontos do país. Não havia uma regra específica para a formação dos fóruns estaduais devendo-se, no entanto, garantir a visão integral do problema pelo envolvimento de atores de diversos setores. Os fóruns estaduais deveriam atuar de forma complementar ao Fórum Nacional, direcionando suas ações para orientar a “definição de políticas públicas sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios dos estados, estimulando a formação dos fóruns municipais” (RIBEIRO, 2003). Deveriam, também, elaborar o planejamento estratégico do PLC no nível estadual, pela construção coletiva e integrada das ações (PAEMI do PLC – ADESP/ SEBRAE/PMPM).

Segundo Ribeiro (2003), a proposta era que os fóruns estaduais atuassem de forma complementar ao Fórum Nacional, para:

- identificar, apoiar e divulgar experiências bem-sucedidas;
- capacitar os diversos atores;
- pesquisar e levantar dados sobre serviços de limpeza urbana no Brasil, abordando os aspectos sociais;
- promover campanha de bolsa escola para os que vivem no “lixo”;
- fazer abordagem de direito junto à procuradoria e às promotorias da infância e do meio ambiente ;
- buscar novas fontes de financiamento para os setores.

Já os Fóruns Municipais do PLC, estariam na ponta do processo, na gestão direta dos problemas e das soluções. Essa instância municipal, juntamente com os demais

fóruns nacionais e estaduais, seria responsável pela formulação e implementação dos projetos locais. Deveria deste modo, garantir um processo de gestão participativa do lixo, de modo a enfrentar os problemas de degradação social relacionadas à geração do mesmo no município (PAEMI do PLC – ADESP/SEBRAE/PMPM).

Este último deveria assumir a responsabilidade do Fórum Municipal do PLC, coordenando um conjunto de atividades logísticas e operacionais coerentes, para mobilizar a sociedade, elaborar um plano de ações estratégicas e monitorar os resultados alcançados (RIBEIRO, 2003).

Segundo afirma Dias (2007, p. 580), a “[...] parceria ASMARE/SLU, [...] foi uma das fontes de inspiração para a constituição do Programa Lixo & Cidadania, criado por iniciativa do Unicef, em 1998”. Tal programa deu origem ao Fórum Nacional Lixo & Cidadania (FNLC) fundamentando o planejamento e as ações para a fundação da Apare. A autora diz ainda que “uma das estratégias adotadas pelo Fórum Nacional, foi o fortalecimento de associações e cooperativas de catadores e a Asmare foi o referencial natural nesse início” (DIAS, 2007, p.580), uma vez que esta instituição, fundada em 1990, trouxe à cena “novos sujeitos sociais” (DIAS, 2007, p.580), empenhados na construção de uma identidade coletiva como agentes ambientais.

A experiência e as orientações da Asmare, como a primeira cooperativa de catadores de material reciclável de MG, e a segunda do Brasil, facilitaram e possibilitaram o planejamento das ações que levaram à fundação da Apare, bem como de outras associações. Conforme apontam Dias e Matos (2008), a Asmare desenvolveu um trabalho de consultoria em diversos municípios de Minas e de outros Estados, no intuito de estimular a criação de organizações de catadores, trazendo assim, “vários avanços em termos da associação do lixo com a cidadania” (DIAS e MATOS, 2008, p. 261), nos municípios onde atuou. Dias e Matos afirmam que as consultorias realizadas pela Asmare foram viabilizadas com recursos obtidos através do Programa Lixo e Cidadania. Tais consultorias partiram de um trabalho piloto, realizado com a participação de técnicos da Pastoral de Rua em Brumadinho e Ibirité (MG).

4.2 A fundação da Apare

[...] acharam que chegavam lá iam ver só lixo né? Mas descobriram que tinham pessoas... que tinha crianças... que tinha animal [...] voltaram chocados, assustados, quando viram que tinha gente que vivia do lixo... vivia no lixo, né?! E lá tinha cavalo... tinha vaca... tinha porco que o povo criava lá... e tinha criança... e tinha gente [...] (Presidente da Apare).

Antes da criação da Associação, os catadores trabalhavam no lixão então existente no município e nas vias públicas do perímetro urbano de Patos de Minas, sendo pagos por quilo de material reciclável, por particulares que atuavam no ramo de reciclagem. Não havia apoio do governo, em nenhuma das esferas, nem o acompanhamento destes catadores, o que tornava um trabalho desumano, em local inapropriado, com os trabalhadores expostos às mazelas do tempo, sem proteção contra o sol, contra a chuva, sujeitos a diversos tipos de perigos e convivendo com animais como ratos, baratas e urubus.

Segundo relatos da presidente da Apare, após um trabalho sobre resíduos sólidos, realizado na semana do meio ambiente, os alunos do Colégio Marista, que participaram da visita ao lixão, ficaram surpresos ao descobrirem que existiam pessoas trabalhando naquele local. Tal fato levou-os a procurar o prefeito da cidade, formalizando, através de uma carta, um questionamento sobre aquela situação. A partir de então, houve uma tentativa de mobilizar setores da sociedade para elaborarem ações sociais, apoiando os catadores ali existentes. Começou, então, a discussão em torno da criação de uma associação de catadores.

Contudo, as primeiras ações para a fundação da Apare ocorreram em decorrência de uma intervenção realizada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), ao decidir pela aplicação, no município, de uma lei que proibia a existência de lixões em municípios com população acima de cinquenta mil habitantes, bem como a permanência de pessoas trabalhando nos mesmos (REPRESENTANTE ADESP).

Meu marido chegou em casa e falou que a prefeitura ia fechar o lixão. Na hora que ele falou isso, eu pensei, não pode ser assim, fechar o lixão do nada. Eu subentendi que tinha alguma coisa errada e realmente tinha. [...] Eu vivia indiretamente do lixão, porque eu não ia lá trabalhar, meu marido que ia. A prefeitura na época aproveitou da falta de conhecimento de direito

de postura que os catadores poderiam ter tomado na época e feito um enfrentamento exigindo indenização. Os catadores se dividiram, por que não souberam sentar e colocar as ideias. Eles sabiam que algo estava errado, mas não entendiam onde estava o erro e o que que poderia ser feito. E ficaram desconfiados uns dos outros. E aí foi instalada entre os catadores uma verdadeira guerra fria [...] Apesar de que o prefeito que iniciou a Apare, enquanto ele foi prefeito ele ajudou muito a associação e os catadores (Presidente da Apare).

Foi então que a administração municipal se uniu com técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), com a Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas (ADESP) e o Ministério Público (MP) do município. Essas instituições, reconhecendo a necessidade de implantação de um programa que tratasse tanto do lixo quanto do resgate da dignidade de catadores e crianças que viviam dos produtos extraídos do mesmo, decidiram desenvolver e implantar um Plano de Ação Estratégico Municipal para a Implementação (PAEMI) do Programa Lixo & Cidadania (RTAI do PLC - ADESP). Iniciativas como estas vão ao encontro do que dizem André e Abreu (2006), ao apontarem que a vontade de promover transformação, de fomentar mudanças e lutar contra as fraquezas locais surge, em um primeiro momento, de uma minoria vanguardista.

Em 2000, a Prefeitura Municipal de Patos de Minas já estava dando andamento à legalização do aterro sanitário, mas a questão social ainda não era seu foco de atenção, apesar de se destacar como fator preocupante. O maior agravante da situação do município, na época, era que grande parte dos resíduos que poderiam ser reinseridos no processo produtivo, como é o caso dos materiais recicláveis e a matéria orgânica, acabavam sendo descartados no lixão. Isto, além de comprometer a sustentabilidade ambiental, restringia alternativas de geração de emprego e renda para inúmeras famílias excluídas socialmente (RIBEIRO, 2003) (ANEXO A).

Para a implantação do Programa Lixo e Cidadania de Patos de Minas, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional, foi adotado um plano de ação, considerando a realidade local e a capacidade de organização da comunidade, visando maximizar os impactos positivos gerados. Para tal, seria necessário que a comunidade fosse capaz de organizar e cooperar com o poder público, os catadores e demais parceiros, bem como ter consciência da importância do trabalho dos

catadores locais, viabilizando a continuidade do projeto (REPRESENTANTE ADESP; PAEMI do PLC – ADESP/ SEBRAE/PMPM).

Todas essas iniciativas tiveram, como ponto de partida, a já citada intervenção, da FEAM, através da seguinte deliberação (ANEXO B).

[...] proibição da permanência de pessoas no local para fins de catação de materiais recicláveis, devendo o Município criar alternativas técnica, sanitária e ambientalmente adequadas para a realização das atividades de triagem de recicláveis, de forma a propiciar a manutenção de renda para as pessoas que sobrevivem dessa atividade, prioritariamente, pela implantação de programa de coleta seletiva em parceria com os catadores. (Deliberação Normativa, nº 52, publicada em 14/12/2001 – Artigo 2º, Parágrafo V).

Segundo a atual presidente da associação,

Devido à lei... que eu não sei o número dessa lei ambiental que foi implantada. (acima citada) Essa lei reza que no Brasil não ia mais ter lixão e nem pessoas trabalhando em lixão. Ia implantar os aterros e as pessoas que trabalhavam nos lixões iam formar cooperativas ou associações de catadores. Aí devido à lei... a prefeitura de Patos [...] começou a fazer um levantamento no lixão. Mas já existia a lei antes e ninguém não tinha feito nada. [...] O prefeito [...] ficou de começar a implantar um trabalho para tirar as pessoas de lá. Só porque é um processo muito demorado e caro. Então durante os três anos restantes do mandato dele, ele trabalhou em cima disso e conseguiu fundar a Apare (Presidente da Apare).

Primeiramente, foi feito um levantamento do número de catadores que trabalhavam no lixão do município, uma vez que eram os atores envolvidos nesta atividade. Foram cadastradas cerca de setenta famílias de catadores envolvidas no processo. Conforme exposto por associados fundadores, quando do início dos trabalhos de preparação para a retirada das famílias do lixão, havia cerca de duzentos catadores. No entanto, a maioria ficou muito resistente às possíveis mudanças, pois acreditavam que teriam mais renda trabalhando de forma autônoma, o que gerou um grave conflito, provocando uma cisão entre eles (RIBEIRO, 2003).

Do total de catadores, sessenta e sete cadastraram-se, logo no início, aderindo ao programa. Foram realizadas diversas atividades de preparação destas pessoas, tanto com apoio psicológico quanto estrutural, incluindo informação e material sobre a organização para o trabalho cooperativo. Todo o trabalho envolvendo a parte social e gerencial do PLC em Patos de Minas foi coordenado pelo Sebrae Minas e

Adesp, contando com a participação da administração municipal (REPRESENTANTE DA ADESP; RIBEIRO, 2003).

Sebrae, Adesp, prefeitura e demais parceiros promoveram o Seminário Municipal de Lixo e Cidadania em Patos de Minas em abril de 2003, durante o qual distribuíram materiais explicativos sobre como separar os materiais reciclados. O seminário foi dividido em dois momentos: um destinado à capacitação de mais de 300 crianças da Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente (PROMAM), conscientizando-as da importância da reciclagem. Houve, depois, a abertura oficial do evento, com explanação do Programa Lixo e Cidadania, bem como suas estratégias de ação e palestras sobre a importância da atividade do catador para a sociedade (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC – ADESP).

Uma psicóloga engajada no Fórum Nacional realizou uma explanação mobilizadora para o público infantil da Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente (PROMAM), conhecedores do problema, pois residiam nos bairros próximos ao lixão. Também foi mencionada a importância da reciclagem através das Oficinas “Reciclando Mentos e Materiais”, coordenadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Minas Gerais (SENAC-MG) e Oficina de Ideias, que ensinaram as crianças como reciclar materiais, transformando-os em objetos de arte e decoração (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC – ADESP).

A conscientização destas crianças propiciou ao projeto, a oportunidade de transformá-las em agentes diretos de reaproveitamento e reciclagem de materiais em suas casas, ensinando e mostrando aos pais a importância do Projeto Lixo e Cidadania. Uma das estratégias aplicadas foi a utilização da arte e de várias outras formas de comunicação através da peça teatral “Do Lixo à Cidadania”, para sensibilização dos presentes (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC – ADESP).

A segunda etapa foi iniciada com a abertura oficial do evento pelo prefeito, que ressaltou a importância da comunidade, dos catadores e demais parceiros, bem como o significado do programa para o município, fazendo um breve relato sobre o trabalho que estava sendo realizado e anunciando o fechamento do “lixão”. Segundo

o prefeito, o mesmo seria transformado em aterro controlado, até que se concretizasse a compra do terreno para construção do Aterro Sanitário. O evento contou com a presença de parceiros, associações de bairros, líderes locais, escolas, gráficas e outras empresas, entre outros membros da comunidade (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC – ADESP).

O Sebrae, o poder público e a Adesp deram continuidade ao seminário, informando e capacitando o público presente, a fim de que conhecesse o processo e se tornasse multiplicador das informações obtidas. O encontro também contou com um representante do Fórum Estadual, que fez exposições sobre os trabalhos que estavam sendo realizados em Belo Horizonte e em muitos outros municípios mineiros (RTAI do PLC - ADESP).

O Secretário Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima também falou sobre a importância da implantação da Coleta Seletiva, mostrando as experiências e dificuldades que tiveram quando aderiram ao processo na sua cidade, além dos benefícios gerados a todos (RTAI do PLC - ADESP).

Outro tema desenvolvido foi a importância da parceria com os catadores locais na implantação da coleta seletiva, bem como alternativas do transporte do material coletado. A diretora da Asmare discorreu sobre o tema - “Experiência de Coleta Seletiva”, de modo simples e bastante educativo. Com linguagem bem acessível contou aos presentes, mas principalmente aos catadores, as dificuldades, preconceitos e discriminações que passaram até conseguirem formar a associação. Discorreu, também, sobre as mudanças, o resgate da cidadania e as benfeitorias que obtiveram após aderirem às propostas do Programa Lixo e Cidadania (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC – ADESP; PRESIDENTE APARE).

O Seminário terminou com a Certificação da Rede Solidária a empresários que apoiaram a implantação do Fórum Municipal de Lixo e Cidadania, assumindo parcerias concretas e, também, com a Certificação dos Catadores que participaram do treinamento, cujo título era: O Trabalho Associativo na Coleta Seletiva e no Reaproveitamento de Materiais Recicláveis (RTAI do PLC - ADESP).

Portanto, a realização do seminário foi um passo crucial para implantação do programa, atuando como um espaço de conscientização da importância do papel dos catadores como agentes ambientais. Além disto, constituiu um espaço democrático de articulação de ideias e propósitos sobre a gestão de resíduos sólidos e urbanos, a implantação da coleta seletiva, o resgate da cidadania dos catadores e a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no “lixão” (RTAI do PLC - ADESP).

Foi, então, contratada uma empresa especializada na implantação do programa, a exemplo do trabalho desenvolvido pela equipe na implantação do Projeto em Nova Lima - MG. Os consultores da empresa realizaram várias reuniões com as entidades, estabelecendo a metodologia a ser desenvolvida com ampla participação da sociedade. Buscaram, ainda, sustentação para o projeto na formação de uma rede solidária, na implantação da coleta seletiva emergencial e na organização dos catadores na formação de uma associação, capaz de atender à coleta de recicláveis oferecidos pela população e de comercializá-los junto a fontes de beneficiamento (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Os procedimentos de trabalho adotados deveriam respeitar os princípios do planejamento participativo, onde a equipe técnica da contratada iria interagir ativamente com a comunidade e com o contratante. Isto se daria através de reuniões periódicas para elaboração, acompanhamento e revisão dos trabalhos. Mas o trabalho desenvolvido pela contratada não estava seguindo o proposto no contrato, pelo contrário. Pelo contrário, seguia uma metodologia diversa, impondo obrigações, como se o poder público, Sebrae e Adesp, fossem os únicos responsáveis pelo programa. Ademais, conflitavam com os objetivos propostos, pois estes não estavam sendo executados e nem se adequando à realidade local, o que retardou a implantação do programa (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Visto que o projeto não estava se desenvolvendo adequadamente, Sebrae e Adesp resolveram identificar as cidades que obtiveram sucesso na implantação do programa. Descobriram, então, que os trabalhos em Nova Lima também tinham alterado a coordenação e estavam sendo estruturados e coordenados por uma

equipe da Asmare. A partir de então, buscou-se uma orientação junto à Asmare, com sede em Belo Horizonte (MG), que já vinha atuando nesta cidade, desde 1990 (RTAI do PLC - ADESP).

Por orientação da Asmare, foi programada uma visita a Araguari, a fim de conhecerem uma associação já em funcionamento. Porém, somente vinte e oito catadores se interessaram em conhecer uma associação em atividade, sendo que, vinte entusiasmaram-se em dar continuidade ao projeto de fundar uma unidade em Patos de Minas (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Houve um amplo esforço no sentido de planejar a mudança de forma a oferecer todo o amparo e estrutura necessários para que o projeto fosse bem sucedido. Foram realizadas parcerias com as secretarias municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e Planejamento e atores locais, como estratégia para implantar, viabilizar e desenvolver uma associação ou uma cooperativa. Os catadores, com base na experiência dos catadores de Araguari, preferiram criar uma associação ao invés de cooperativa, por seu gerenciamento ser bem mais simples. A decisão por uma associação considerou também a forma de sociedade civil, constituída por pessoas que têm objetivos comuns, na busca constante pelo bem comum proporcionando, desse modo, maior autonomia de ação (RTAI do PLC – ADESP).

Ademais, a opção por uma cooperativa exigiria a formação de uma diretoria com conhecimento técnico e administrativo, o que poderia inviabilizar a formação da APARE, pois somente dois associados possuíam ensino fundamental completo, sendo que apenas um deles tinha também o ensino médio. Os demais catadores sabiam apenas assinar o nome ou tinham no máximo o ensino primário completo (PRESIDENTE DA APARE; RTAI do PLC - ADESP).

Mas ao optarem por constituir uma organização associativa, os catadores precisariam ser preparados para torná-la viável economicamente. Esta associação deveria ser responsável pelo gerenciamento do galpão de triagem e pela comercialização do material reciclável, assegurando o aumento de renda dos catadores através da obtenção de melhores preços de venda, devido à negociação de maiores volumes de recicláveis. Ao mesmo tempo possibilitaria à prefeitura a

redução da quantidade de lixo aterrado (REPRESENTANTE ADESP; PAEMI do PLC - ADESP/ SEBRAE/PMPM).

Para que fossem iniciadas as atividades de separação adequada do lixo, era necessário que o local de trabalho fosse um galpão apropriado, onde seria racionalizada a coleta seletiva e a triagem dos materiais recicláveis. Também deveria contar com mais segurança e higiene, reduzindo os custos e aumentando o fluxo de materiais reciclados de forma organizada, evitando esforços desnecessários (PAEMI do PLC - ADESP/SEBRAE/PMPM; RIBEIRO, 2003).

A Prefeitura Municipal iniciou, então, a busca por um lugar adequado para que os catadores pudessem dar continuidade ao trabalho de separação dos recicláveis. Inicialmente, foi alugado o “Antigo Galpão da Polícia Florestal”. No entanto, a discriminação da comunidade quanto à implantação de um Galpão de Triagem de Recicláveis em um bairro residencial, criou grande polêmica entre os moradores, reforçando ainda mais a necessidade de intervenções que promovessem a ressignificação, educação e mudança cultural da população (REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Com receio de que o galpão e seus integrantes se tornassem uma ameaça aos moradores e provocasse uma desvalorização financeira das residências próximas, eles se uniram e pediram a execução da Lei complementar nº 020/94, que corresponde ao Zoneamento e o Uso e Ocupação dos Terrenos e Edificações Urbanas do Município de Patos de Minas. Conhecida popularmente como Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece zonas específicas para a instalação de área para o destino final de resíduos sólidos, bem como controle de empreendimentos públicos e privados que possam vir a degradar o meio ambiente (REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Para não criar conflito com os moradores locais e nem gerar mais discriminação em relação aos catadores, o poder público resolveu procurar outro lugar onde pudesse ser implantado o galpão. Desta forma, preservou a dignidade dos catadores e reduziu a possibilidade de conflitos futuros. No processo decisório de escolha do galpão, além das análises de indicadores, despesas e logística, foi priorizado um

espaço com localização estratégica, próximo ao bairro onde os catadores moravam. Assim o galpão foi alugado em um local onde havia um antigo depósito de grãos (RIBEIRO, 2003; RTAI do PLC - ADESP).

Modificações internas também foram feitas pela Secretaria Municipal de Obras, considerando a logística dos galpões de Nova Lima, Belo Horizonte e Araguari, considerados viáveis, tanto para as condições de trabalho mais saudáveis, como para organização, armazenamento e fluxo adequado do processo. Outro fato importante é que o novo galpão ficaria localizado a mais ou menos cinco quadras do “lixão” municipal, facilitando o acesso dos catadores ao novo local de trabalho, visto que, uma pesquisa socioeconômica realizada pelo Unipam, evidenciou que a maior concentração de catadores residia num bairro próximo ao lixão (RIBEIRO, 2003; RTAI do PLC - ADESP).

Figura 1 – Fotos Galpão Apare 10 2003 a 12 2015



Mas para que as atividades fossem iniciadas, seria necessária a aquisição de máquinas adequadas para o funcionamento do galpão. A administração municipal cedeu duas prensas para metais e plásticos e outra para papeis. Estas máquinas haviam sido compradas há três anos e eram utilizadas para triagem do material coletado, no Programa Municipal “Patos Contra a Dengue”. Aliando as duas propostas, Coleta Seletiva e “Patos Contra Dengue”, a prefeitura doou as duas

prensas à associação e disponibilizou dois caminhões para fazer a coleta nas empresas parceiras (RTAI do PLC - ADESP).

Portanto, cabia ao poder público, implantar programas de gerenciamento de resíduos ambientalmente adequados que possibilitassem a integração dos catadores nos projetos de coleta seletiva, propiciando o resgate da cidadania desse segmento excluído. Outra obrigação do município era oferecer infraestrutura de apoio à atividade, que assegurasse condições adequadas de higiene do trabalho e segurança aos associados (REPRESENTANTE ADESP).

A prefeitura de Patos de Minas, em parceria técnica com o Sebrae, Adesp e diversas outras instituições da comunidade, criou o Fórum Municipal Lixo & Cidadania (FMLC). Este trabalho foi de fundamental importância para oferecer apoio nos momentos difíceis do processo, como o breve fechamento da área e da catação no “lixão”, bem como o desenvolvimento, a institucionalização da coleta seletiva e da associação dos catadores (REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Muitos esforços foram necessários para a mobilização e sensibilização dos catadores, objetivando trazê-los para o galpão da coleta seletiva em um trabalho ainda pré-associativo, estimulando a adesão e a permanência das famílias no programa de coleta seletiva e de organização da associação de catadores. Todo o trabalho de orientação na formação da associação dos catadores foi coordenado pelo Sebrae e pela Adesp que, juntos capacitaram 67 catadores através do curso intitulado, “O Trabalho Associativo na Coleta Seletiva e no Reaproveitamento de Materiais Recicláveis”, realizado ainda no antigo galpão (REPRESENTANTE DA ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

As parcerias assumidas com as secretarias municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e Planejamento e atores locais foi uma estratégia promissora, que viabilizou apoio direto, sustentação, desenvolvimento e efetivação da Apare. Todo o processo de introdução de uma cultura de cooperação demanda tempo e amadurecimento do grupo, que precisou discutir suas relações e seus papéis. Por outro lado, era necessário reduzir a desconfiança dos catadores em relação ao poder público, propiciando, assim, a formação de novas relações sociais para, em

seguida, passar para a formação do empreendimento coletivo e, finalmente, inaugurar os trabalhos como uma associação estabelecida (RIBEIRO, 2003).

Para os associados trabalharem no galpão, foi necessário um acompanhamento rigoroso por parte de psicólogos e assistentes sociais, no sentido de administrarem possíveis conflitos, inerentes às mudanças que seriam implementadas. Em virtude da especificidade do grupo de intervenção e das dificuldades de transcendência do trabalho individual para o empreendimento coletivo, até a consolidação das relações coletivas, o projeto demandou um acompanhamento *in loco* da construção de tais relações. Com isso, a Secretaria Municipal de Ação Social disponibilizou uma psicóloga para acompanhamento diário dos catadores, analisando as melhores formas de trabalhar possíveis conflitos e as relações interpessoais entre eles (REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Para controle das normas e atividades desenvolvidas no galpão, a associação elaborou um estatuto próprio e um regimento interno, subsidiado pelo consultor do Sebrae. Este processo contou com todos os membros da Apare que, através de muita discussão, decidiram, de comum acordo, constituir uma estrutura funcional e administrada, de forma a proporcionar aos seus associados uma perspectiva melhor de vida e sustentabilidade. Os estatutos de Nova Lima e Araguari serviram de parâmetros para a elaboração do estatuto da Apare (PRESIDENTE DA APARE; REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC - ADESP).

Como a premissa era de erradicação da insalubridade das atividades, todos os catadores que lidassem com a separação de materiais deveriam estar devidamente protegidos pelos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sapatos fechados e reforçados, uniformes e luvas pra evitar acidentes. Ressaltando ainda que as vacinas eram obrigatórias para quem lidasse diretamente com materiais que pudessem oferecer riscos, tais como ferro com pontas, vidros e outros material cortante, bem como consultas médicas e odontológicas preventivas, agendadas nos postos municipais de saúde, acordados com a Secretaria Municipal de Saúde (RIBEIRO, 2003; RTAI do PLC - ADESP).

Todo este trabalho foi acompanhado por um levantamento minucioso da situação socioeconômica em que os catadores se encontravam, antes da implantação da coleta seletiva. Foi realizada uma pesquisa com aqueles que atuavam tanto no lixão quanto nas ruas da cidade, para identificação do perfil do grupo quanto ao gênero, à idade, ao estado civil, à quantidade de filhos, à média de idade dos filhos e ao tempo que vinha exercendo a atividade de catador. Buscou-se identificar, ainda, a renda com a catação, o principal material coletado e a quantidade coletada além do principal comprador. Também foi investigada a estrutura residencial, a localização desta, o recebimento de algum tipo de benefício, a profissão anterior e as demandas desses agentes ambientais. A pesquisa feita por alunos do Curso de Administração do Unipam visava à efetividade da intervenção, abrangendo as dimensões humanas e materiais (RIBEIRO, 2003; RTAI do PLC - ADESP).

Paralelamente, foi realizado um levantamento, pela administração municipal, que identificou que o mercado consumidor dos recicláveis coletados era dominado por uma única empresa, que adquiria material de 65% dos catadores. A escolha era feita em função da logística, uma vez que a empresa situava-se próxima ao “lixão” e também pela necessidade sempre emergente de capital de giro. Este era um dos principais receios dos organizadores do projeto visto que a associação, em sua fase inicial, não contaria com o mesmo poder de compra e barganha dos empresários preestabelecidos. Ademais, na cidade já existiam os atravessadores que adquiriam dos catadores autônomos o material reciclável que era coletado, tanto no lixão como no centro cidade. Estes atravessadores possibilitavam aos catadores receberem diariamente sua remuneração pelos produtos negociados (RTAI do PLC – ADESP; SOUZA e ANDRADE, 2014).

Como o público que aderiu ao projeto era caracterizado por uma população de baixa renda, cuja atividade como catador autônomo proporcionava rendimento imediato, seria necessária uma cesta complementar de produtos de assistência social. Além disto, deveria ser oferecido apoio em âmbito familiar, na alfabetização, na gestão orçamentária da economia doméstica, no trabalho intenso de resignificação da existência, de resgate de autoestima e de aprendizado coletivo. Estas atividades deveriam levar em conta que se tratava de uma população marginalizada socialmente, com problemas de estruturação na sua base familiar, com algumas

especificidades que perpassavam por problemas graves de álcool e outras drogas (LIMA e OLIVEIRA, 2008; RTAI do PLC - ADESP).

Assim sendo, seria necessária e fundamental uma estruturação operacional e logística que permitisse melhoria nos ganhos individuais e coletivos. Deveria ser implementado um planejamento da coleta, gerando competência na triagem dos materiais para incremento do poder de barganha na venda dos produtos da associação proporcionando, integradamente, o desenvolvimento econômico e social desse grupo. (RIBEIRO, 2003). Conforme enfatizado no RTAI do PLC – Adesp e no relato de sua representante, o projeto buscou desenvolver o empoderamento coletivo dos catadores, trabalhando maciçamente a relação escolha e oportunidades, amparado no conceito de que a pobreza está mais ligada aos limites no desenvolvimento das capacidades, do que à renda em si. Buscou também instalar um ambiente de cooperação, desenvolvendo questões pessoais e as relações interpessoais, fundamentais para se desenvolver um empreendimento coletivo.

Contudo, estes fatores demandam tempo de convivência para se criar o lastro histórico e de confiabilidade, que compõem a base fundamental para a cooperação (RTAI do PLC – Adesp). Desta forma, acreditando no sucesso da intervenção, os autores do projeto desenvolveram alguns passos de direcionamento, a serem trabalhados com o grupo. São eles:

- constituição da associação juridicamente e elaboração do regimento interno junto com os associados;
- apoio gerencial e na construção das relações interpessoais;
- estudo de viabilidade de unidades de negócios para vidros artesanais, confecção de sacolas plásticas educativas para fornecimento dos supermercados locais, oficinas de papel reciclado;
- disponibilização de programas de alfabetização de adultos, após jornada de atividades;
- disponibilização de cursos de economia doméstica, reaproveitamento alimentar;
- realização de oficinas com temas transversais para apoio às famílias;
- realização intensiva de campanhas educacionais para implementação da coleta seletiva e educação ambiental;
- realização de campanha publicitária para educação em massa;
- Implantação da coleta seletiva mecanizada no centro da cidade;
- elaboração de cronograma para implantação da coleta seletiva bairro a bairro, iniciando-se pelos bairros mais próximos ao Galpão de Triagem (RIBEIRO, 2003, p. 98; PAEMI do PLC – ADESP/SEBRAE/PMPM).

Cabe, ainda, ressaltar ainda que a intervenção foi norteada por certos valores, que funcionavam como balizadores das tomadas de decisão.

- dignidade: redução da distância social, econômica e cultural, promoção efetiva da cidadania e inserção social através do acesso a informações e educação.
- efetividade: ações de transformações visíveis, mensuráveis e alcançáveis com o pacto de curto, médio e longo prazo.
- equidade: possibilitar tratamento diferenciado para realidades diferenciadas.
- respeito: reconhecimento das potencialidades humanas, preservação dos valores locais e recursos ambientais, de forma que permita a busca constante de sua otimização e criação de autonomia não se admitindo o paternalismo, assistencialismo e políticas meramente compensatórias.
- simplicidade: ações que impactem e beneficiem o cliente alvo e criem competência interna, incorporando conhecimento adquirido e tornando-o aplicável.
- complementariedade: otimização da aplicação de recursos em projetos até então não contemplados, potencializado o efeito multiplicador e agregador do projeto como um todo (RIBEIRO, 2003, p. 96-97; PAEMI do PLC – ADESP SEBRAE/PMPM).

O prefeito municipal responsabilizou-se pela alocação das crianças dos catadores na Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente (PROMAM), a fim de desenvolver e trabalhar aspectos sociais, culturais, artísticos e cognitivos. Também ofereceu apoio às crianças em horário integral para que tivessem diversas atividades educativas após o horário escolar de modo que, enquanto os pais estivessem trabalhando, estariam ocupadas e amparadas. Ofereceu ainda às famílias, Bolsa Gás e Bolsa Escola, a fim de que as crianças permanecessem na escola e no Proman, e não tivessem que trabalhar para ajudar no sustento das mesmas (RIBEIRO, 2003; RTAI do PLC – ADESP).

No entanto, durante os três meses iniciais de atividade dos catadores na associação, eles não tinham renda suficiente para custear pagamento de água, luz e medicamentos de suas famílias. Foi formado, então, o Fundo Solidário com a adesão de várias empresas e instituições como a CNI Curso de Informática, Patosfértil, Agrominas, Ditrassa, Café Cristal, Brasilva Veículos, Câmara de Dirigentes Lojistas de Patos de Minas, Sindicato dos Produtores Rurais de Patos de Minas, CTBC Telefonia, hotéis e supermercados, gráficas e outras. As mesmas comprometeram-se em fazer doações em dinheiro para formar o montante necessário, e compor o aporte de uma renda mínima para cada uma destas famílias. Este aporte foi calculado em R\$ 30,00 (trinta reais) semanais, durante o período de

três meses, para cada família (SOUZA e ANDRADE, 2014; REPRESENTANTE DA ADESP; PRESIDENTE APARE 2012/2013) (ANEXO C).

O cálculo foi feito por um técnico da prefeitura na área social, junto com um professor de administração do Unipam. Estes dois parceiros e voluntários ajudaram o primeiro presidente da Apare nas questões administrativas e na gestão dos recursos, que foram obtidos através do Fundo Solidário depositados em uma conta bancária da associação sendo repassados, semanalmente, pelo presidente aos associados (REPRESENTANTE ADESP; PRESIDENTE DA APARE; RIBEIRO, 2003).

Portanto, as famílias que aderiram à associação receberam essa ajuda fundamental para complementar sua renda uma vez que, durante o processo de implantação, é natural que os rendimentos caiam, até que se alcance certo patamar de produção. A formação da rede solidária foi essencial para a consolidação do projeto e teve a adesão de diversas empresas, “as quais contribuíram cada uma à sua maneira, isto é, dentro das suas possibilidades” (REPRESENTANTE ADESP; RTAI do PLC – ADESP).

Assim, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) contribuiu fornecendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas (COOPATOS) doou produtos de laticínio, para complementar uma cesta básica oferecida aos associados no período de implantação da Apare. Já o Unipam doou um computador para colaborar no setor administrativo bem como forneceu, um estagiário do Curso de Administração, com o intuito de fomentar a formação de uma cultura gerencial, como também de atuar, junto aos associados, na estruturação e organização da Apare (PRESIDENTE DA APARE; RIBEIRO, 2003).

Sebrae e Adesp montaram uma campanha de coleta seletiva emergencial entre as principais e maiores empresas de Patos de Minas, na busca por formar um estoque mínimo de recicláveis para início das atividades no galpão. Empresas do segmento de supermercados, de hotéis e algumas gráficas também contribuíram, fornecendo material reciclável, como matéria prima para a associação. Algumas destas

instituições separam materiais recicláveis e doam para a Apare até os dias de hoje (RTAI do PLC - ADESP). Entretanto, a partir de 2015, houve um supermercado que passou a fazer a venda direta dos produtos recicláveis que gera, passando de parceiro a concorrente (ASSOCIADO APARE).

Segundo relatos da representante da Adesp, “todo o processo de estruturação e implantação do programa Lixo e Cidadania em Patos de Minas, foi uma construção coletiva”. Ela ressalta, ainda, a importância da “riqueza da cultura e a capacidade de fazer das pessoas envolvidas e dos catadores em questão, que dominam o *know-how* da catação e da triagem, adquirido com a vivência, com a prática” (REPRESENTANTE ADESP).

Finalmente, após três anos de preparação, recebendo apoio de diversos segmentos da sociedade e, sofrendo a resistência daqueles que eram contrários foi fundada, em 13 de outubro de 2003, a Associação Patense de Reciclagem (APARE). Segundo Souza e Andrade (2014), a associação era um meio de oferecer condições dignas de trabalho aos catadores e uma forma de facilitar a venda do material, criando maior poder de negociação frente aos compradores (ANEXO D).

4.3 Problemas enfrentados pela associação

Como era de se esperar, após o período de tutela a Apare já passou por diversas crises, o que é comum se comparada a outras organizações semelhantes. Conforme pondera Wirth (2010, p. 119), nesse tipo de experiência, “a oscilação dos preços dos recicláveis e a falta de incentivo para a estruturação regional do setor fazem com que os trabalhadores se encontrem em constante instabilidade financeira, ainda que eles possuam algum incentivo público”. Arantes e Borges (2013) acrescentam, ainda, que há variações nos preços, não só entre os compradores, mas também no decorrer do ano.

A associação, conforme mencionado anteriormente recebe, ainda hoje, ajuda financeira da prefeitura municipal de Patos de Minas, que arca com as despesas de aluguel, internet, água e luz. Este compromisso é amparado na Lei nº11.107, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005 (DIAS e

MATOS, 2008). O anteprojeto desta lei tramitava no Congresso Nacional havia 10 anos e foi de iniciativa do Poder Executivo⁴.

Em função disso é que hoje a prefeitura dá esse suporte pra gente aqui de manutenção de galpão, essas coisas, porque foi um acordo feito entre a prefeitura, os catadores e o ministério público, que isso é um direito que foi conseguido na época através dos catadores. A prefeitura tem a obrigação de manter uma sede, já que tirou os catadores de um lugar e trouxe pra cá e formalizou a associação e até hoje a prefeitura dá esse suporte em função desse direito adquirido. Pois o ministério público falou que para tirar de lá tinha que indenizar (Presidente da Apare).

A lei destaca diretrizes referentes à inserção social dos catadores de materiais recicláveis e oferece amparo legal à celebração de convênios e contratos com associações e cooperativas de catadores. Ela oferece elementos legais necessários, que podem dar amparo a legislações estaduais e municipais específicas de incorporação de catadores em projetos de coleta seletiva (DIAS, 2007; DIAS e MATOS, 2008). Portanto, enquanto a Apare permanecer como associação, a administração municipal fica legalmente responsável por essas despesas.

O primeiro presidente da Apare ocupou este lugar na associação durante oito anos, mas por problemas de alcoolismo e gestão deficitária, acabou por comprometer a instituição, deixando-a com dívidas, problemas administrativos e sérios conflitos e desconfianças entre os demais associados. No início de 2012, a associação recebeu a visita de um promotor de justiça que havia acabado de se mudar para Patos de Minas, vindo de Ituiutaba - MG, onde coordenou um trabalho de reestruturação da associação de reciclagem local. Percebendo a situação de fragilidade em que se encontrava a Apare, em abril de 2012, juntamente com outros promotores de justiça e com uma equipe de liderança composta por pessoas ligadas a instituições públicas e privadas, além de voluntários da comunidade, decidiram fazer uma intervenção na associação (PRESIDENTE DA APARE; PRESIDENTE APARE 2012/2013).

Na época que essa diretoria de não associados foi composta, foi por que recebemos a visita de um promotor de justiça do meio ambiente. Ele tinha feito dentro da cidade de Ituiutaba um projeto de coleta seletiva e deu muito certo. Quando ele chegou aqui na cidade para trabalhar com o meio

⁴ Elaborado originalmente por uma equipe técnica especialmente constituída para essa finalidade em 2004: Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental.

ambiente ele questionou com as pessoas da cidade sobre coleta seletiva. As questões do meio ambiente como estavam andando, aí eles falaram para ele que existia a APARE, mas que na verdade nem sabia direito como estava o processo. Então, ele quis vir aqui conhecer a associação e os associados e viu que a gente estava passando por muitas dificuldades, por questão administrativa (Presidente da Apare).

O motivo principal da intervenção foi a constatação da baixa renda dos associados, que era de R\$380,00 mensais, correspondendo a pouco mais de meio salário mínimo, que na época, era de R\$622,00. Foram identificados outros problemas como: ameaça de fechamento da associação devido a dívidas antigas acumuladas, documentação desatualizada, desentendimentos e desconfianças presentes nas relações entre os associados, provocados por uma direção fragilizada e deficitária. Além disto, dificuldades na compreensão das prestações de contas feitas durante as assembleias, nas raras ocasiões em que isso ocorria (PRESIDENTE DA APARE; PRESIDENTE APARE 2012/2013).

[...] ele ia ficar o resto da vida administrando e essa pessoa tinha problema com álcool. Ele era alcoólatra, então, imagina um piloto de um avião alcoolizado, é um Deus nos acuda. Então, foi o que acabou acontecendo com a gente. E como tudo aqui é por assembleia e por maioria, era preciso mostrar para essa maioria que eles é que tinham que fazer essa mudança, não era uma pessoa de fora que ia vim aqui falar que vocês têm que tirar essa pessoa por isso e por isso e colocar outro [...] tinha que ter ajuda de uma pessoa com autoridade (Presidente da Apare).

De modo geral, naquele momento, a Apare precisava repensar seus valores, modernizar sua gestão, rever seus regulamentos, colocar as contas em dia e prospectar novas oportunidades. Como foi dito, no decorrer de sua criação os associados participaram de diversas ações de formação para o trabalho coletivo. No entanto, a associação precisou contar com a parceria de algumas instituições para sua reestruturação, pois os associados, além da baixa escolaridade, não foram capacitados para assumir o gerenciamento da associação.

[...] o promotor do meio ambiente desenvolveu um projeto, onde foi possível ajudar a associação e, ao mesmo tempo, melhorar a visão dos associados em relação à parte administrativa e deu uma grande ajuda na parte financeira. Foi muito, muito importante [...] foram umas vinte pessoas que vieram pra cá com esse intuito de desenvolver esse projeto (Presidente da Apare).

Para fazer a intervenção foi preciso adequar o estatuto, com o consentimento de todos os associados, tendo em vista a necessidade de substituir, temporariamente, o presidente por outro não associado. Foi feito um levantamento de todos os problemas financeiros, além das dificuldades e fragilidades que a associação vinha enfrentando. A partir daí, foi preparado um plano de ação visando efetuar o pagamento das dívidas, reforçar a rede solidária e aumentar o número de empresas que forneciam matéria-prima (PRESIDENTE APARE 2012/2013).

Depois entrou uma outra equipe que não fazia parte do quadro de associado, mas vieram para dar um suporte melhor para a associação na parte administrativa. Foi tudo acordado em reuniões e os associados na época acharam que seria viável e por bem, que essas pessoas viessem e ajudassem a gente na parte administrativa para gente conseguir ter mais experiência, aprender a administrar melhor o próprio negócio, vendo isso na prática. Aí, essas pessoas vieram e ficaram quase dois anos, ajudou muito a gente, mas aí depois foi feita uma nova assembleia, quando essas pessoas mesmo viram que já não tinha mais tanta necessidade deles ficarem aqui, já passou a direção para os associados, até mesmo porque é regra né, que o próprio associado que tem que dirigir e também para não tirar a oportunidade das pessoas daqui estarem aprendendo (Presidente da Apare).

Após o pagamento de todas as dívidas pendentes, em dezembro de 2012, a associação conseguiu obter o benefício da Bolsa Reciclagem. Este benefício é um incentivo e uma forma de reconhecimento do governo de Minas Gerais pelos serviços ambientais que as associações de catadores prestam ao Estado. Gerido pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), a bolsa é trimestral e a parcela inicial foi recebida em agosto de 2013, referente ao primeiro trimestre daquele ano. Para que se obtenha este benefício é necessário que a associação comprove que está em dia com seus compromissos financeiros, mediante certidões negativas e que faça, mensalmente, um relatório onde deve constar uma relação com a produção de cada mês do trimestre a que se refere. Este relatório deve ser acompanhado de todas as notas fiscais envolvidas, tanto nas compras e despesas quanto nas vendas. Com o recebimento do benefício, a partir de setembro de 2013, os associados passaram a pagar mensalmente o INSS (PRESIDENTE APARE 2012/2013; SOUZA e ANDRADE, 2014).

O sistema de remuneração mensal dos associados é feito através da mesma lógica de rateio dos recursos do benefício da bolsa reciclagem. Assim, 90% do valor

arrecadado são distribuídos conforme as horas trabalhadas e os 10% restantes vão para um fundo destinado a pagar os custos com transporte dos produtos coletados, manutenção de equipamentos, máquinas, caminhão e demais despesas mensais.

Desde que as dívidas foram quitadas, a regularização financeira e os pagamentos dos compromissos da Apare passaram a ser considerados como uma prioridade, inclusive, para que o benefício da bolsa não fosse cortado. O referido benefício e a remuneração no período de férias, são calculados com base na média das horas trabalhadas nos últimos doze meses e, são garantidos ao associado, sendo estes aspectos destacados com muita satisfação pelos mesmos (PRESIDENTE APARE 2012/2013; PRESIDENTE DA APARE; SOUZA e ANDRADE, 2014).

Após a reestruturação da Apare eleita uma nova diretoria, composta por seis associados, distribuídos nas funções de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e, primeiro e segundo tesoureiros. Esta diretoria assumiu a associação para um mandato de dois anos, 2014/2015, sendo reconduzida, na íntegra em 2016/2017.

Eu fui da primeira diretoria eu fiquei como secretária [...]. Aí, depois já entrei como presidente e hoje ainda estou como presidente, no segundo mandato [...] mas tem de ter um rodízio, não pode ficar o mesmo presidente mais de duas vezes seguidas, tem que dar oportunidade para todo mundo (Presidente da Apare).

Sobre o processo de intervenção e reestruturação da Apare, a presidente relatou:

A intervenção que teve na Apare, em 2012, foi um marco para todos, pois ajudou a gente a crescer, não só financeiramente, mas em organização, em mudança do ponto de vista dos associados, que acabaram entendendo melhor como funciona um trabalho cooperativo, porque que existe um estatuto, um RI (regulamento interno), a importância desses documentos, o valor da gente como associado.

Aprendemos a valorizar o trabalho da gente, a valorizar os parceiros [...] melhoramos como ser humano [...] (Associado J.).

[...] às vezes, tem divergência, mais aí a gente reúne e resolve, uma fala uma coisa do outro, mas na hora de fechar o pacote, ninguém quer que ninguém fique de fora. A gente aprendeu a conviver, a dividir [...] (Associada L.).

Isso aqui é um diferencial, para as pessoas e para o mundo [...] as pessoas sabem que podem separar materiais que viram renda para outras famílias [...] (Presidente da Apare).

Pode-se perceber que, na perspectiva da presidente e dos associados, a intervenção foi bem sucedida e, por meio dela, a associação conseguiu encontrar seu caminho. Mas nada disso impede que continue a enfrentar dificuldades e dilemas típicos desse tipo de experiência mesmo porque, conforme pontua Oliveira (2016), estas organizações costumam ser surpreendidas por pressões externas que resultam em queda na renda, seja por “oscilações do mercado ou por mudanças nas políticas públicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

O fator financeiro foi uma das variáveis mais importantes para a reestruturação e reorganização da associação, visto que o aumento da renda dos associados provocou mudanças comportamentais no ambiente de trabalho e na sociedade (PRESIDENTE APARE 2012/2013; SOUZA e ANDRADE, 2014).

A Apare tem dois marcos. O primeiro foi a fundação e o segundo foi quando o promotor veio aqui e alavancou novamente a associação. O povo já estava querendo desistir, porque a dificuldade já estava tremenda. Questão de sobrevivência, tudo muito difícil, os ânimos já estavam acirrados, e uns ficam achando que a culpa é dos outros e nós começamos a nos digladiar aqui dentro. Na verdade, a culpa não é nossa, muito pelo contrário, estão todo mundo dando o melhor de si e o que nós precisamos de suporte nós não temos, que é dinheiro pra fazer a coisa acontecer (Presidente da Apare).

As parcerias firmadas mostraram sua relevância na melhoria de resultados, evidenciando a importância de reforçar e buscar sempre novos parceiros. Uma demanda que persiste, ainda hoje, é a necessidade de implantação de um projeto de coleta seletiva no município que inclua, pela gestão pública, a Apare como parceira no processo (PRESIDENTE APARE 2012/2013).

Contudo, para que a Apare possa ser inserida neste processo, é imprescindível a aquisição de um galpão próprio, que seja adequado para receber e fazer a triagem de uma maior quantidade de materiais recicláveis, uma vez que há, ainda, uma grande quantidade desse material sendo destinada ao aterro sanitário. Apesar da previsão legal e do incentivo do governo para a contratação de associações de catadores para serviços de coleta seletiva, verifica-se que a prefeitura, nas administrações posteriores à da fundação da Apare até o momento, tem

demonstrado perceber a atividade da associação apenas como um meio de atender às exigências legais (PRESIDENTE DA APARE).

No entanto, é papel do poder público fazer avançar a justiça social e a inserção de iniciativas coletivas no acesso aos benefícios dos recursos públicos, impedindo que sejam acessados somente por um pequeno grupo de privilegiados (RECH, 2008). O apoio do Estado a essas organizações justifica-se pela promoção do desenvolvimento social e econômico de pessoas excluídas do mercado formal. Além disto, há os benefícios ambientais que proporcionam uma vez que realizam, gratuitamente, serviços urbanos de limpeza da cidade, além de promover “economia de aterros” (OLIVEIRA, 2016, p. 40) e de transporte com os materiais recicláveis. Desta forma, pode-se dizer que os catadores atuam como educadores da comunidade, orientando e instruindo a população sobre coleta seletiva (CRIVELLARI, DIAS e PENA, 2008).

O trabalho que a gente faz aqui é muito importante pra cidade e pro meio ambiente [...] ajuda a demorar mais pra encher o aterro sanitário, então, ele dura mais. Aí o prefeito demora mais pra ter que arranjar outro lugar [...] e também ajuda a ter que cortar menos árvore [...] e a prefeitura ainda não tem que gastar com o transporte das duas viagens de material que a gente recolhe todo dia para reciclar (Associado E.).

O que acontece? A prefeitura paga pra empresa terceirizada administrar a área que era do lixão e fazer a coleta convencional ao invés de pagar pra nós fazer a coleta seletiva. O que seria matéria prima para a Apare e que as pessoas chamam de lixo. Essa matéria prima seria transformada dentro da associação em trabalho e renda (Presidente da Apare).

4.4 Contradições na Gestão da Apare

Vimos que a gestão da associação é feita por uma diretoria eleita para um mandato de dois anos. Foi visto também que a diretoria atual foi reeleita para um novo mandato, sendo a responsável legal pela gestão financeira e administrativa da associação. Segundo a presidente, as decisões administrativo-financeiras não previstas no estatuto ou no regulamento interno são tomadas em assembleias. A gestão financeira foi definida pelos catadores também em assembleia, e registrada

em ata, de forma que o resultado gerado é dividido entre todos, proporcionalmente às horas trabalhadas.

No entanto, embora tenham avançado em diversos aspectos, identificamos algumas dificuldades enfrentadas pelos associados, conforme vemos nos relatos a seguir:

[...] aprendemos [...] a entender que todo mundo que chega, não chega bem intencionado [...] às vezes vem aqui só para aprender com a gente e depois vira concorrente [...] (Associado R.).

Há quase dois anos, a coleta do material reciclável é feita sob nossa responsabilidade, sem ajuda financeira do município. A maior dificuldade que temos hoje é fazer com que material reciclável chegue aqui. O que falta é o meio de fazer essa coleta, pois só temos um caminhão pra isso [...] e o MP proibiu a coleta na rua com os carrinhos, só que os outros catadores puxam carrinho (Associada F.).

[...] a atual quantidade de matéria-prima que a gente recebe, só dá para ter até 14 associados, senão a renda não é compensatória (Associado E.).

[...] se tivermos mais materiais [...] vamos precisar de mais meios de transporte e de uma sede nossa. Quando tivermos uma sede própria, vamos poder receber todo material que for possível e a gente vai trabalhar mais e ter mais renda e poder ter mais associado [...] (Presidente da Apare).

As diversas dificuldades mencionadas colocam alguns empecilhos para sua gestão. Em primeiro lugar, foi citada a quantidade limitada de material reciclável para comercialização, bem como a ausência de um programa de coleta seletiva no município. Além disso, os catadores não conseguem manter uma reserva de dinheiro em caixa para as eventualidades. Fala-se, também, da ausência de um galpão próprio como sede, o que possibilitaria o planejamento de ações para a ampliação, tanto da quantidade de matéria prima trabalhada, quanto do número de associados.

Foi mencionada, igualmente, a dificuldade de transporte do material coletado, uma vez que contam com apenas um caminhão para fazer a coleta e este já tem um planejamento diário completo. Lembrando que, por determinação do MP, foi proibida a coleta com carrinhos pelas ruas da cidade. Isso limita o número de itens recicláveis por falta de estrutura de transporte e por falta de espaço para armazenamento. Ocorre, também, uma variação no valor recebido pelo material de acordo com o preço de mercado, dificultando uma previsão dos resultados.

Ademais, além da concorrência de catadores autônomos e de outros atores que participam da cadeia de reciclagem⁵ há ainda, segundo Oliveira e Lima (2012), uma crescente valorização do lixo, que vem despertando interesses privados para outras destinações, provocando um aumento progressivo da concorrência. Estes pesquisadores advertem, também, para o fato de os catadores receberem o menor valor agregado da cadeia produtiva da reciclagem. Desta forma, ficam sujeitos a servir de mão de obra barata e precarizada para as empresas que dominam os mercados de recicláveis.

Nota-se que o apoio do poder público e da sociedade é fundamental para esse tipo de organização, que enfrenta os desafios de uma atividade que procura conciliar valores e princípios de solidariedade sendo, ao mesmo tempo, regulada pelo mercado, que é regido pelo princípio da concorrência (LIMA e OLIVEIRA, 2008). No ponto de vista da presidente e dos associados, o apoio oferecido pelos responsáveis pela intervenção ocorrida em 2012/2013, foi essencial para a sua continuidade, uma vez que, não apenas regularizou as contas como criou uma estrutura administrativa simples e funcional. Por consequência, facilitou o processo de gestão interna, com planilhas, documentos, regras e rotinas que proporcionam uma visão geral das atividades a serem seguidas, facilitando as tomadas de decisão. Os conflitos e questões que extrapolam o regulamento são resolvidos em reuniões e assembleias, a partir de um acordo entre os catadores.

A maioria das pessoas aqui tem muito pouca instrução, quase nada... Então eles não entendiam as regras de estatuto, de regimento interno, não conheciam a importância do voto, a importância da assembleia, nem sabiam como administrar a associação, se tirassem aquele presidente. Hoje em dia a gente faz assembleias, reuniões, troca ideias... Acontecem divergências, discussão, mas a gente encontra um meio de resolver [...]. Aí tem que ter reunião. E também existem algumas situações previstas para o dia a dia, que a gente tem aqui estatuto e RI (Regulamento Interno). Então, dentro desses documentos têm situações previstas... E eu, na qualidade de presidente, nem sempre preciso fazer reuniões para resolver algumas questões, se elas já estão previstas no estatuto e no RI (Presidente da Apare).

⁵ Como exemplo temos o supermercado que foi parceiro e, posteriormente, passou a ver no material, que antes era dispensado, um produto a ser comercializado, passando, assim, a vender o material reciclável, diretamente aos sucateiros ou à indústria.

Todavia, essas associações sofrem fortemente com as pressões externas do sistema econômico, que vem alimentar um dilema inevitável, uma vez que são compostas por pessoas excluídas do mercado formal de trabalho e que se veem enfrentando este mesmo mercado, competindo por produtos e por clientes. Ademais, devemos nos interrogar sobre a possibilidade de praticar princípios de cooperação e solidariedade sendo, ao mesmo tempo, obrigado a se adequar às regras impostas pelo mercado, que vão ao sentido oposto (OLIVEIRA, 2016).

Esta perspectiva vai ao encontro de um ponto que Jacobi *et al* (2006) evidenciam, ao abordar os vários desafios enfrentados por essas organizações, que ameaçam sua sustentabilidade a longo prazo. Dentre os quais se destacam: a falta de capital de giro e de organização interna, problemas de relacionamento entre os associados, falta de formação gerencial e organizacional dos catadores; além de falta de capacitação para o empreendedorismo. Outros pontos são a queda na quantidade de material coletado devido ao crescente número de atores interessados pelo mercado de reciclagem, a ausência de conscientização da população, falta de políticas públicas e de legislação que permitam que as associações e cooperativas possam ser contratadas pelo poder público para prestação de serviço de coleta seletiva (LIMA e BORGES, 2016).

Outro dilema enfrentado pelas organizações de catadores surgiu com a implementação da Lei 12.305, de agosto de 2010, regulamentada em dezembro do mesmo ano, pelo Decreto 7.404, que prevê a incineração como forma de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Assim sendo, a lei contém uma contradição, uma vez que orienta a inclusão das organizações de catadores nos serviços de coleta seletiva e, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade para a implantação de usinas de incineração (OLIVEIRA, 2016).

Desta forma se, por um lado, a possibilidade de contratação das organizações de catadores pelas prefeituras é uma conquista, por outro, torna-se um desafio importante, no que diz respeito às exigências por elas estabelecidas. Tais exigências, condizentes com as regras que regem o mercado capitalista implicam, necessariamente, em mudanças nos processos de trabalho, visando aumento de produtividade e o cumprimento de normas de segurança, de controle de qualidade e

de produção. Por outro lado, as mesmas não são compatíveis com a baixa escolaridade e capacitação dos catadores, nem com a estrutura de trabalho solidário e coletivo das associações, demonstrando assim, um não reconhecimento do seu modo de produção, caracterizado pela história e luta dos catadores (OLIVEIRA, 2016).

4.5 Apare: uma experiência de inovação social?

Ao lançar um olhar sobre a experiência da Apare na perspectiva da inovação social, vale analisar diversos aspectos presentes no seu contexto e que remetem a experiências inovadoras. A melhoria da qualidade e das condições de vida dos associados da Apare foi notória, na visão dos próprios catadores, pois receberam todo o suporte técnico, material, psicológico, de treinamentos e de logística para a formação da associação. Ademais, essas pessoas saíram do ambiente hostil e competitivo do lixão para um galpão coberto, ficando protegidas do sol e da chuva e ainda passaram a “ter um endereço de trabalho como qualquer trabalhador” conforme realçou uma associada. Freitas (2005) afirma que ter um local para trabalhar com endereço é uma das maiores conquistas dos catadores. O galpão significa, para eles, um lugar seguro para trabalhar, digno, solidário, que lhes confere identidade e cidadania.

No lixão havia uma constante disputa por material e muita briga entre eles. Ademais, ainda trabalhavam expostos ao tempo e ao risco de atropelamento pelo movimento de caminhões.

Lá no lixão era muito perigoso da gente trabalhar. A gente trabalhava no tempo, no sol, na chuva [...] corria o risco de ser atropelado [...] tinha muito caminhão e tinha muita gente com enxadinha disputando o material que o caminhão despejava e ainda tinha que vigiar pros outros catadores num pegar o material que a gente conseguia ir juntando (Associada L.).

Uma associação como a Apare é resultado da aplicação do conhecimento às necessidades sociais, através de uma ação coletiva, com a participação e cooperação de todos os atores envolvidos, possibilitando soluções novas para a necessidade de um grupo de pessoas excluídas e discriminadas (BIGNETTI, 2011; OLIVEIRA e LIMA, 2016; SOUZA e FILHO, 2014). Nesse sentido, podemos pensar

nessa experiência como uma forma de inovação social. Reforça esta percepção a observação de Oliveira e Lima (2016), de que as inovações sociais criam meios para superar determinadas necessidades e problemas de um grupo social e ou de uma comunidade.

Tomando-se outro prisma de uma experiência socialmente inovadora, Oliveira e Lima (2016), afirmam que tal experiência é percebida como uma construção de um aprendizado comum. Esta perspectiva coincide com a percepção de um associado da Apare:

[...] a gente já fez visitas em associações de outras cidades, levando nossa experiência [...], e há uma troca, a gente já foi ajudado e a gente ajuda também. Quando eu vim pra cá, não sabia nada de coleta seletiva e nem de trabalho coletivo, mas tivemos o apoio da cooperativa de B.H. e de outras associações (Associado Jr.).

Todavia, esse processo de aprendizagem coletiva, a princípio, pode parecer assustador para o catador autônomo. Uma vez que este precisará abrir mão da individualidade de suas decisões para se adequar à coletividade das ações e decisões. Sendo que este pode ter sido um dos fatores que levaram, em um universo de 200 catadores, somente 28, a se engajarem na formação da Apare. Outro fator preponderante neste contexto é o financeiro, uma vez que os catadores autônomos recebem diariamente pelo material reunido para comercializar.

A primeira reunião que eles fizeram para fazer o primeiro levantamento e cadastro das famílias tinha umas 200 pessoas. E aí ao longo de 3 anos, as reuniões que a prefeitura marcava e convocava os catadores e a gente ia, foi caindo, caindo, caindo....quando inaugurou a Apare, tinha só 20. Eles foram desistindo aos poucos e não quiseram ir para a associação. Eles achavam que não era interessante trabalhar na associação, e não queriam que ninguém fosse. Foi um impacto muito grande. E inclusive foi instalada uma guerra fria entre os catadores no lixão. Quem vinha pras reuniões, começou a ter a entrada barrada no lixão, porque o grupo se dividiu. (Associado R.).

Vale lembrar que um programa de inovação social deve considerar, de acordo com Bignetti (2010), o interesse coletivo. Sendo assim, o indivíduo deve adequar o interesse individual ao propósito coletivo, participando da construção de novas normas e procedimentos e a eles se ajustando, como bem apontam Klein *et al* (2016) e reforçam alguns entrevistados;

Muita gente fala, que eu tenho condições de trabalhar em outro lugar [...]. Mas eu pensei... isso tem que dar certo!!! Tem que dar certo pra nós, pra comunidade [...] e os outros colegas como vão ficar? E a questão ambiental, como vai ficar? O que eu vou dar de exemplo pros meus filhos [...], pra sociedade, como resposta para essas pessoas que vieram pra cá (referindo-se aos parceiros do processo de implementação e revitalização), que nos apoiaram, acreditaram em nós, acreditam na melhora do planeta. Então eu pensei em tudo e decidi que aqui eu vou ficar. Já tem filhas minha que cresceram aqui comigo e que hoje trabalham aqui e consegue levar renda pra casa tirada daqui (Presidente da Apare).

Existe um trabalho social aqui dentro e a gente não é só receber, mas doar também [...] não só coisas materiais... Aqui tem divergências, mas a gente aprendeu a conviver, a dividir, cada um no seu tempo, a sua maneira, mas conseguimos implantar isso aqui (Associado J.).

Isso aqui é um diferencial, pras pessoas e pro mundo, antigamente as pessoas punham o lixo no saco e o lixeiro recolhia. Hoje não, com a coleta seletiva, as pessoas sabem que podem separar materiais que viram renda para outras famílias. Eu vi crianças trazerem material pra gente e hoje já são adultos e ainda trazem. Cresceu contribuindo... é exemplo de vida...é se preocupar com o outro, mostra o lado humano das pessoas (Associada L.).

Na associação, os catadores precisaram ser preparados para trabalhar de forma coletiva, passando a ter de se alinhar a metas e regras, que eles mesmos ajudaram a criar, e que deveriam ser seguidas por todos, para o bem comum (BIGNETTI, 2011; KLEIN *et al*, 2016). Estes autores dizem, ainda, que as ações inovadoras possibilitam a promoção de sentimento de orgulho local, sendo que os envolvidos passam a ser responsáveis pelas ações positivas e a se sentirem realizados em pertencer a comunidades que não assistem os fatos de forma passiva. Ou seja, sentem-se como atores sociais com vontade de promover mudanças e contribuir ativamente nesse processo. Como se pode constatar nos dizeres da presidente:

Eu fui uma das primeiras pessoas a acreditar no projeto e acredito até hoje, por isso que estou aqui, pois ajuda as pessoas. Eu criei meus filhos com o dinheiro daqui. Aqui é minha segunda casa, porque tudo que eu construí eu fiz trabalhando aqui, aqui aprendi muita coisa... Eu acho que eu melhorei como ser humano e pude ajudar muitas pessoas também. Hoje eu falo com os colegas que o mais importante é aprender dividir, porque quando divide é possível se manter forte (Presidente da Apare).

Alinhados com esta visão, Bessant e Tidd (2009) explicam que a inovação social busca soluções para necessidades sociais, realizando mudanças sustentáveis e contínuas em longo prazo sendo, portanto, mais ampla do que a preocupação

básica em ajudar os menos favorecidos. A intervenção ocorrida na associação em 2012/2013 foi fundamental para sua continuidade, resolvendo diversos problemas, ajudando na estruturação administrativa e traçando estratégias visando criar condições que viabilizassem a busca constante para sua sustentabilidade.

A intervenção que teve na Apare em 2012 foi um marco para todos, pois ajudou a gente a crescer, não só financeiramente, mas em organização, em mudança do ponto de vista dos associados, que acabaram entendendo melhor como funciona um trabalho cooperativo, porque que existe estatuto e RI (Regulamento Interno), a importância desses documentos, e o valor da gente como associado (Presidente da Apare).

Apesar dos resultados alcançados pela intervenção, a associação continua buscando formas de regulação para superar as lacunas existentes, deixadas tanto pelo mercado quanto pelo Estado (OLIVEIRA, 2010). Além do papel, papelão, dos *pets*, plásticos, ferragens e alumínio, “reciclam” também peças de eletrodomésticos e de aparelhos eletrônicos que não funcionam mais. Esses produtos são doados e levados na Apare por pessoas da comunidade para serem desmontados e transformados em matéria prima para comercialização. As peças em bom estado de conservação são vendidas a “eletricistas de bairros”, que as reutilizam para realizar consertos diversos.

Outro tipo de produto comercializado pela associação são galões de produtos de limpeza que, como os eletrônicos, são deixados para serem reciclados e, normalmente são reutilizados por empresas locais, como embalagem. Estas vendas no varejo são alternativas que propiciam incremento nas receitas da Apare indo ao encontro da visão de Oliveira, (2010), ao afirmar que as associações organizam-se de acordo com critérios estabelecidos pelo mercado, com suas condições, possibilidades e estrutura, na busca de agregação de valor aos materiais coletados. Neste sentido, uma associada conta que tem clientes de varejo até para espiral de plástico e de alumínio de cadernos e apostilas.

Os associados podem contar, ainda, com a possibilidade de aumentar a renda, fazendo sabão caseiro com os *pets* cheios de óleo de cozinha usados, que recebem na associação. Algumas vezes vendem o sabão, após dividir com quem o fez. Em outras, tiram uma quantidade para uso da associação e repartem entre si o restante.

Assim, eles vão se reinventando e encontrando alternativas e soluções na busca de aumento de seus rendimentos, buscando e descobrindo novas maneiras de reciclar e de ressignificar sua atividade e sua renda.

O conceito de inovação social que este estudo optou por seguir abarca ações inovadoras como: satisfação das necessidades humanas, promoção da inclusão social, capacitação dos atores sujeitos a processos de exclusão e marginalização, a geração de resposta positiva e socialmente reconhecida e de mudança social (ANDRÉ & ABREU, 2006). Confrontando-se com a realidade da Apare, nota-se que estes elementos estão presentes, em medidas diferentes, alguns mais, outros menos.

No caso da satisfação das necessidades humanas e da capacitação dos atores salienta-se que constituem um desafio constante e importante para este tipo de organização. Uma vez que, de acordo com Lima e Oliveira (2016), a renda média dos catadores gira em torno de um salário mínimo e a realidade na Apare, hoje, não é diferente. No entanto, no período anterior à intervenção, a média era de meio salário mínimo.

No aspecto capacitação dos atores o dilema é ainda maior, devido à baixa escolaridade de vários associados que, muitas vezes, não se interessam por buscar melhorias e nem aproveitar as oportunidades que lhes são oferecidas pela administração municipal e por algumas instituições.

André e Abreu (2006) apontam, também, a criação da possibilidade de alteração das relações de poder. Este elemento pode ser notado, no estabelecimento de regras mais flexíveis entre os associados, no revezamento destes na diretoria e no que concerne ao fato de não estarem mais sujeitos a serem incomodados pela fiscalização, quanto à coleta de material na rua, por meio de carrinhos puxados por tração humana. Estes carrinhos são proibidos de circular pelas ruas da cidade, deixando assim os catadores autônomos sujeitos a terem seus materiais confiscados, juntamente com o carrinho. Visto que, como não há mais o lixão, esta seria a única alternativa para o catador que não é associado da Apare.

Observam-se, ainda, os elementos que Correia, Oliveira e Gomes (2016) apontam como socialmente inovadores tais como as ações que emergem gradualmente de iniciativas e mobilizações da sociedade civil, com um objetivo comum de transcender necessidades específicas, criando novos significados e aspirações. Importantes também são aquelas que envolvem a participação de diversos atores, promovendo mudanças duradoras. Esses elementos são percebidos, em proporções distintas, na Apare, que surgiu de iniciativas da sociedade civil que emergiram gradualmente, com uma construção que levou três anos até que se concretizasse a sua fundação. Esta construção teve um objetivo comum e envolveu a participação de diversos atores e setores da comunidade, criando novos significados e aspirações para os catadores e para a sociedade. Ademais, promoveu uma conscientização, tanto da comunidade quanto dos próprios catadores, sobre a importância da atividade dos catadores para o meio ambiente e do significado socioambiental da coleta seletiva.

No entanto, no que diz respeito a mudanças duradoras, a associação ainda é muito frágil e com uma história que não chegou aos treze anos de existência. Já precisou passar por um processo de revitalização e continua defrontando-se com dilemas como variações nos preços de mercado dos produtos, aumento da concorrência por autônomos e empresas do segmento, conflitos internos e uma gestão fragilizada, se comparada com empresas privadas, visto que é composta por pessoas excluídas do mercado formal de trabalho e ainda ter um modo de produção solidária.

As inovações sociais aparecem quando ações para resolver uma situação problema geram resultados positivos, apresentando respostas fora do padrão para um contexto específico, resultando em novos arranjos organizacionais e novas regras sociais. Estas soluções tendem a ser institucionalizadas e passam a ser facilmente aplicadas em outras comunidades (CORREIA, OLIVEIRA e GOMES, 2016). Esses elementos podem ser claramente percebidos em todo processo de formação da Apare.

O elemento central da inovação social é a transformação que ela pode proporcionar em questões sociais fornecendo, de forma efetiva, sua contribuição para melhorias nas condições de vida dos setores menos afortunados da sociedade (CORREIA,

OLIVEIRA e GOMES, 2016). E mesmo sendo notória a situação de vulnerabilidade da associação, não se pode negar a transformação social que ela promoveu e promove junto aos seus associados, possibilitando ganharem a vida de forma digna, conferindo-lhes identidade valorizada como trabalhadores, como agentes ambientais e como cidadãos.

Fazendo-se uma análise no que diz respeito às cinco dimensões da inovação social, observa-se que, em relação à dimensão das necessidades sociais, a Apare surge de uma situação caracterizada como inaceitável ou insatisfatória, vivenciada por diversos catadores e suas famílias no lixão do município. Na perspectiva da dimensão dos atores sociais, houve uma mobilização de diversas pessoas, representando lideranças locais que, assumindo diferentes papéis em cooperação e colaboração, juntamente com os catadores, se alinharam ao objetivo comum em prol da criação da associação. Assim, com este propósito, considerando-se a dimensão dos processos, que envolve três fases: a tomada de consciência do problema, a identificação das causas e a implementação das soluções, os atores empenharam-se na construção de um processo de aprendizagem coletiva, desenvolvendo e implementando ações para a criação da Apare, num primeiro momento e, posteriormente, em seu processo de revitalização. No que concerne à dimensão da inovação propriamente dita, buscaram por experiências que haviam sido bem sucedidas em outras comunidades, para serem replicadas, tomando o cuidado de considerar a cultura e a realidade local. E finalmente, refletindo-se sobre a dimensão das respostas sociais, cujo foco encontra-se nas questões sociais que se pretende resolver e na busca por melhores condições de vida para os indivíduos, há evidências de melhoria da qualidade de vida dos catadores associados, bem como no reconhecimento destes, como trabalhadores e agentes ambientais, reforçado pelo recebimento da bolsa reciclagem, lhes conferindo uma identidade valorizada, endereço de trabalho e o sentimento de pertencer a um grupo que contribui com o meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais importante é a gente aprender a dividir. Porque quando divide é possível se manter forte. Se Deus quisesse que vivêssemos sozinhos, não existiria mais de um (Presidente da Apare).

Esta pesquisa teve por finalidade descrever e analisar aspectos relacionados à inovação social no contexto da Apare, associação de catadores de Patos de Minas, MG. Colocou-se em questão se a experiência da associação poderia vir a se configurar como um contexto de inovação social e, em caso afirmativo, em quais aspectos seria socialmente inovadora.

Retomando alguns pontos importantes que caracterizam a inovação social, vale lembrar que se trata de uma área de estudo que vem se ampliando, incorporando contribuições vindas de estudiosos de diversos segmentos. O crescente interesse pelo tema deve-se ao fato dessas experiências procurarem beneficiar, prioritariamente, os indivíduos e suas comunidades, buscando respostas para problemas sociais, os quais as estruturas estabelecidas tem se mostrado, ineficientes para resolver, podendo até mesmo tê-los reforçado.

Assim sendo, ao realizar uma revisão da literatura sobre inovação social, verifica-se que os diversos pesquisadores têm, em comum, o olhar para as necessidades sociais e para os benefícios e transformações sociais que as experiências inovadoras podem proporcionar a uma comunidade ou localidade, como, as organizações de catadores; a Fundação Sorria, em Ouro Preto - MG; o Projeto Mandalla, no Ceará; as Lavadeiras de Almenara – MG; o Projeto Mão Amiga de Caxias do Sul – RS; Moeda social Palmas, do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza – CE e o Banco do Povo, dentre outros.

Alguns aspectos caracterizam o caráter social de uma inovação, tomando como ponto de partida a criação de valor para um local ou um grupo social, apresentando uma resposta nova e satisfatória, que gera impacto positivo a uma demanda coletiva. Outro ponto importante é a cooperação entre os autores envolvidos na inovação para resolver as questões sociais. Há, ainda, o elemento da construção

social, com ações centradas nas iniciativas da comunidade e na busca de solução para uma questão comum ao grupo, facilitando a formação de novas relações sociais, num processo de aprendizagem coletiva, gerando soluções e transformações duradouras. Finalmente, é importante que se faça uma divulgação da experiência inovadora, para que seja replicada em outras comunidades, adequando-se à realidade e características específicas de cada uma.

Uma associação como a Apare, tem a finalidade de promover a inclusão social com geração de renda, apresentando-se como uma alternativa inovadora para superar problemas sociais por meio de uma atividade econômica, organizada de forma coletiva. Este tipo de organização tem o propósito de capacitar e gerar renda para pessoas em situação de desemprego prolongado e sem qualificação para o mercado formal de trabalho, visto que este, a cada dia, eleva o nível de exigência, de qualificação e de competitividade, com os contínuos avanços da tecnologia.

Vale ressaltar que os processos de inovação social, contam com a participação de atores sociais de diferentes culturas e identidades, que assumem diversos papéis, distribuídos em diversas atividades coletivas, relacionadas às etapas de criação e implementação da inovação; de aplicação de conhecimentos e soluções existentes empregadas em um novo contexto, promovendo melhorias que geram transformação social, com soluções eficazes, criativas e efetivas para satisfazer as necessidades não satisfeitas.

Vimos que as ações para a fundação da Apare ocorreram em consequência da aplicação de uma lei que se originou das ações do Fórum Nacional em prol das famílias que viviam do lixão. Mesmo não sendo uma iniciativa que tenha partido dos catadores, a intervenção foi fundamental para a constituição da associação, sendo este espaço apropriado por eles. A implementação do Programa Lixo e Cidadania já havia sido feita em outras cidades. No entanto, todo o processo foi desenvolvido considerando as necessidades e a realidade dos catadores, do município e da comunidade. Assim, para os atores locais todos os aspectos do programa apresentavam-se como soluções novas para um problema social e ambiental. As ações adotadas para implementação da Apare trouxeram conflitos entre os catadores que atuavam no lixão, mas também trouxeram melhoria na qualidade de

vida dos que aderiram ao projeto. Isto foi percebido mesmo durante o processo de implantação, com todo o apoio, estrutura e treinamentos oferecidos pelos parceiros, pela rede solidária e pela comunidade.

Logo na primeira entrevista a presidente da Apare, mencionou sua vontade em escrever um livro sobre a história da associação e sobre a importância dela na vida dos associados e de suas famílias e que eles, os associados fundadores ficarão na história da cidade e que esta não pode ficar esquecida e nem apagada - ao contrário precisa ser lembrada e valorizada por todos. Este estudo permitiu o alcance de inúmeras informações que poderão auxiliar nesta reconstrução histórica e lhe oferecer dados, fotos, recortes de jornais, panfletos, folders e documentos significativos para que se faça tal registro.

Vários catadores mencionaram a satisfação em serem trabalhadores, com endereço e local de trabalho, além de terem “INSS”. Ademais, sentem-se valorizados, por realizarem um trabalho que é importante para o meio ambiente. O fato de não ter que enfrentar as intempéries da natureza no dia a dia, de não correr riscos de ser atropelado por caminhões como no lixão, de ter banheiro, água e ainda não ter de se preocupar em ficar vigiando o material recolhido, foram elementos mencionados pela maioria dos catadores fundadores. Todos estes elementos evidenciam a melhoria na qualidade de vida dos associados, bem como a importância de se sentirem reconhecidos como trabalhadores, o que lhes confere uma identidade valorizada, um atestado de existência social. Este “atestado” é fornecido pela associação, pela atividade exercida em um galpão, que lhes possibilita um endereço de trabalho e o direito de receber o benefício da bolsa reciclagem, além de gozar de quinze dias de férias por ano.

Os associados que vieram depois são todos parentes de associados fundadores. Provavelmente este seja o motivo pelo qual não foi possível perceber qualquer problema específico entre novatos e fundadores. Mesmo porque, esses novatos acompanharam e participaram, como membros da família de catador, das atividades desenvolvidas durante o processo de criação e, portanto se sentem parte da associação desde seu início. No entanto, há um diferencial em quatro, entre os sete novatos: eles são jovens e três ainda estão estudando, sendo dois no ensino

fundamental, uma no ensino médio e a outra concluiu o ensino médio em 2016. São pessoas que aprenderam a valorizar a associação, por terem sido criadas por seu pai ou sua mãe, que tiram dali o sustento da família. Eles cresceram vivenciando os dilemas da Apare e citam a importância de estudar e alcançar uma melhor qualificação para ajudar a resolver problemas internos e também para enfrentar os desafios de mercado.

A pesquisa revelou também algumas dificuldades na gestão da associação. Atualmente, o que mais tem sido evidenciado é a incerteza quanto ao galpão. O espaço que foi alugado para sediar a Apare foi contratado para um ano, pois em 2017, a prefeitura seria assumida por outra administração, que se encarregaria de dar sequência ao contrato ou de encontrar outro local, que atendesse melhor às necessidades da associação. A administração municipal autorizou a prorrogação do contrato somente para o ano de 2017, e só comunicou isto aos associados, no final do mês de maio. Isto gerou e continua gerando muito estresse, insegurança e insatisfação, pois a incerteza dificulta o planejamento de ações para aumentar a quantidade de matéria prima arrecadada. Os associados ressaltam que todo o dinheiro gasto pela prefeitura com aluguel de galpão para a Apare, ao longo de quase 14 anos, seria suficiente para construir uma sede própria para a associação.

Outro aspecto realçado foi a questão do transporte do material recolhido nos doadores. Esta questão se apresenta como uma contradição, visto que, os associados se sentem orgulhosos de fazer a coleta por conta própria e se ressentem por ter um só caminhão para fazer a coleta. Isto limita as coletas e a quantidade de material recolhido. Além disso, sentem o quanto são significativas as despesas com a coleta e com a manutenção do caminhão.

Somados a estes aspectos ainda tem uma insatisfação com o poder público, pelo fato de ser proibido “puxar carrinho” pelas ruas da cidade. No entanto, os autônomos o fazem. Assim a concorrência direta com eles fica evidenciada e ainda acirra a concorrência com os depósitos na comercialização dos materiais com os grandes compradores. Esta concorrência somada à oscilação de mercados dos produtos dificulta a previsão dos resultados e compromete os rendimentos dos associados.

Contudo, mesmo o trabalho dos catadores ocorrendo em um ambiente repleto de contradições, compreende-se que o sentimento de pertencimento ao grupo é um fator decisivo para a manutenção das atividades em instituições como a Apare. Seus associados, ao se organizarem coletivamente, passam a se sentir menos fragilizados, menos vulneráveis, buscando juntos mecanismos de regulação para os dilemas típicos vivenciados por essas associações. Eles ainda se percebem valorizados em sua capacidade de trabalho, inseridos socialmente, gerando sua própria renda e, com melhores condições de trabalho.

Os dilemas relacionados a questões no que diz respeito a relacionamento interno, conflitos, disputas e dificuldades foram, de modo geral, resguardados. Apenas três foram colocados pela presidente. Dentre eles tem-se a questão da falta de instrução, que dificulta o entendimento das planilhas de prestação de contas. Neste sentido nem sequer foi mencionado que isto gera desconfianças, como já identificado pela literatura.

Um fator ressaltado foi quanto a ausência de dinheiro em caixa para eventualidades que possam surgir. Quando surge, por exemplo, algum problema com o caminhão enfrentam dificuldades para pagar. Normalmente ficam devendo e vão pagando aos poucos, em várias parcelas.

Outro problema, citado superficialmente, foi quanto aos problemas com vício. Foi falado sobre uso de álcool e drogas, com destaque apenas para o que havia sido o presidente antes do período de intervenção, que é alcoólatra.

Por fim, destaca-se a contribuição potencial do trabalho da Apare em decorrência do seu impacto direto no meio socioambiental. No quesito da sustentabilidade, é essencial que as cidades incentivem e apoiem o desenvolvimento e a implementação de associações direcionadas para a coleta seletiva e destinação adequada de material reciclável. Uma vez que, as atividades das organizações de catadores resgata uma população excluída e marginalizada, favorecendo o desenvolvimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade e desemprego prolongado, por meio do trabalho coletivo, gerando oportunidade de trabalho e

renda, com dignidade, além de poupar recursos naturais, com a reciclagem de materiais reaproveitáveis.

Tendo em vista tudo o que foi apresentado e considerando a relevância das associações de catadores, certamente muitos dados foram expostos sem a profundidade devida, sendo esta uma limitação desta dissertação, uma vez que, não há dúvida que os dados mereciam uma análise mais aprofundada. Entretanto, a pesquisadora se deparou com certa dificuldade de ter acesso a informações que os entrevistados temiam ser divulgadas a pessoas “de fora” da associação. Mesmo que o relacionamento da pesquisadora com a associação tenha se iniciado desde o início de 2016, é sabido que se leva muito mais tempo para se estabelecer uma relação de confiança com um grupo cuja história de vida é inegavelmente marcada por muito sofrimento.

Realizar este trabalho foi importante, pela contribuição acadêmica proporcionada, trazendo à luz um tema pouco explorado, possibilitando a expansão de questionamentos e de uma visão crítica sobre inovações sociais nas experiências de grupos deste segmento. Ademais, tentou-se destacar iniciativas e ações de atores sociais que promovem impactos socialmente positivos, como também evidenciar a realidade de organizações que buscam meios de oferecer a possibilidade de inclusão social com cidadania e dignidade.

Considerando que a coleta de dados ocorreu somente em uma cidade do interior e em um único estabelecimento, sugere-se para estudos futuros a ampliação das pesquisas em outras associações de catadores, igualmente pertencentes a cidades menos centrais, tendo em vista que os resultados aqui obtidos, em alguns aspectos podem apresentar particularidades específicas e não refletir a mesma realidade de outras localidades. Sugere-se, também, para pesquisas futuras, que o tema inovação social no contexto de organizações de catadores seja trabalhado, no intuito de trazer a luz, mais iniciativas e experiências inovadoras de gestão, que proporcionem mais autonomia e independência administrativa, financeira e política. Outra sugestão seria a de investigar melhor a relação entre o Estado e essas associações uma vez que, estas instituições realizam um serviço de utilidade pública, sem contrapartida de remuneração, além de encontrarem grandes

dificuldades em obter os benefícios oferecidos pelo poder público, em decorrência das exigências impostas para sua liberação.

Compreender como essa associação vem engendrando sua identidade é também compreender quais os elementos políticos, sociais e psicossociais que interferiram no seu processo de formação, de construção e de emancipação, pois em meio a forças contraditórias, se destaca lentamente como um grupo de referência em reciclagem. Ao analisar tudo o que foi exposto, considera-se ser possível admitir uma resposta positiva à questão que colocamos no início deste capítulo. Isto é, a origem, a fundação e o caminho percorrido pela Apare, encontra-se dentro do que é comumente caracterizado como inovação social, mesmo ainda apresentando evidências de fragilidade e vulnerabilidade no aspecto da sustentabilidade administrativa e financeira, havendo portanto, um longo caminho a percorrer neste sentido. Todavia, a associação produz impacto direto no meio socioambiental, inserindo pessoas que foram excluídos pelo mercado formal de trabalho, oferecendo a elas renda e a possibilidade de se sentir um trabalhador e assim ter uma identidade valorizada, e ainda de se perceber fazendo parte de um grupo cujo trabalho contribui para o meio ambiente. Além disso, proporciona uma experiência efetivamente inovadora aos seus membros e à sociedade na qual realiza seus serviços.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Do lixo à cidadania: Estratégias para a Ação**. Brasília: Caixa, 2001.
- ADESP. **Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do Programa Lixo e Cidadania em Patos de Minas, MG, 2000/2003**.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.
- ARANTES, B. O.; BORGES, L. O. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 65 (3), p.319-337, 2013.
- AYER, M. **Para entender tecnologia social: Uma viagem pelo Brasil**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, 2011.
- BOSI, A.P. A Organização Capitalista do Trabalho Informal: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23(67), 2008.
- BRASIL. CBO nº5192. **Descrição da atividade do catador segundo o Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília: MTE, SPPE, v.3, 196 p. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/CBO2002_Liv3.pdf >. Acesso em: 30 May 2017.
- BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- CLOUTIER, J. **O que é a inovação social?** Les Cahiers du CRISES. Coleção Études Théoriques, ET0314. Québec: Centro de Pesquisa sobre as Inovações Sociais, 2003.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GOMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 102-133, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16789712016000600102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 May 2017.
- COSTA, J. S. *et al.* Inovação Social, Prazer e Sofrimento no Trabalho: o Caso do Projeto Mandalla no Ceará. **Administração Pública e Gestão Social**, 6 (1), 11-18 ISSN 2175-5787, jan/mar 2014. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/561/325#.WTApkJLysdU>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

CRIVELLARI, H. M. T.; DIAS, S. M.; PENA, A. S. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M.T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.299-324, 2008.

DIAS, S. M. Do lixo à cidadania – catadores: de problema social à questão socioambiental. In: **Anais... II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia em Florianópolis – SC**, p.579-594, abril, 2007.

DIAS, S. M.; MATOS, M. **Fórum Lixo e Cidadania** – Inovação institucional na formulação de políticas públicas de resíduos sólidos. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M.T. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.249-264, 2008.

FERREIRA, T. A. Q.; SILVA, L.M. Inovação Social: Método de aumento do Capital Humano através da Participação Coletiva. In: **Anais... XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, M. V. O. **Entre Ruas, Lembranças e Palavras**. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa, coordenado pela Universidade aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JACOBI, P. *et al.* **Programas Municipais de Coleta Seletiva em Parceria com Organizações de Catadores na Região Metropolitana de São Paulo – Sustentabilidade socioeconômica, sanitária e ambiental**. III Encontro da ANPPAS, Brasília, DF, 2006.

KLEIN, J. L.; CAMUS, A.; JETTÉ, C.; CHAMPAGNE, C.; ROY, M. **La transformation sociale par l'innovation sociale**. Presses de l'Université du Québec, 2016.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2002.

LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: Kemp, V.H.; Crivellari, H.M.T. (Org.). **Catadores da Cena Urbana, construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, p. 225-248, 2008.

LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. **Eficiência e Solidariedade nas Associações de Catadores de Material Recicláveis**. Políticas Urbanas. Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando, WIEGO, n.22, 2012.

LIMA, M. E. A. A questão do método em Psicologia do Trabalho. In: Goulart, Iris Barbosa (Org.), **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. 3 ed. São Paulo/SP: Casa do Psicólogo, 2010, p. 123-132.

MELUCCI, A. (1996). **Challenging Codes: Collective Action in the information age**. (p. 68-77). New York: Cambridge University Press.

MINAYO, C. S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S. (Org.), **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20 ed., Coleção Temas Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 9-31.

MULGAN, G. *et al.* **Social Innovation: What is why it's matter and how it can be accelerated**. The Young Foundation, 2007.

OLIVEIRA, A. R.; LIMA, M. E. A. ASMARE: uma experiência de inovação social? **Anais...** do Simpósio de Socialização da Produção Acadêmica (SSPA) e do I Colóquio em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (I Colmeia). (p. 37-44). Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2016.

OLIVEIRA, F. G. **Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis**. 2010. 108f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faculdade de Engenharia de Produção, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2010.

OLIVEIRA, F. G.; LIMA, F. P. A. **Eficiência e solidariedade nas associações de catadores de materiais recicláveis**. Manchester: Working paper, 2012.

OLIVEIRA, F.G. **Do “trabalho sujo” à bela obra: o que é triar materiais recicláveis? Um estudo em Psicossociologia do Trabalho**. 2016. 178f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, FAFICH, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2016.

OLIVEIRA, L. M. M. S. e OLIVEIRA, R. C. A inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Campo do Saber** v.1, n.1, p.1, jan/jun de 2015.

OLIVEIRA, R. M. **A coleta seletiva como instrumento de construção da cidadania: um estudo de caso sobre os catadores do município de Timóteo/MG**. 2006. 245 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental). Universidad de Las Palmas de Gran Canária. Florianópolis, Brasil, 2006.

POL, E.; VILLE, S. Inovação social: palavra do zumbido ou termo duradouro? **Journal of SocioEconomics**,38 (6), 878885, 2009.

RANGEL, B. **Conhecimento e cidadania: tecnologia social**. Projeto de comunicação do Instituto de Tecnologia Social, São Paulo, SP, 2007.

RECH, D. Os direitos e as funções públicas dos catadores e das catadoras de material reciclável. In: Kemp, V.H.; Crivellari, H.M.T. (Org.). **Catadores da Cena**

Urbana, construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte/MG: Autêntica, p. 225-248, 2008.

RIBEIRO, F. L. M. **Interagindo com a sociedade**: Programa Lixo e Cidadania - Patos de Minas. 2003. 176 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Centro Universitário de Patos de Minas – MG. 2003.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos. **Organizações & Sociedade (O & S)**, 14, (43), 2007.

SANTOS, L. D. B. **Mudanças no atual papel do catador de materiais recicláveis na cadeia de gestão integrada de resíduos, em face das políticas públicas para o setor**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações. Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, SP 2011.

SEBRAE; ADESP; PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Plano de Ação Estratégico Municipal para Implementação do Programa Lixo e Cidadania em Patos de Minas**, MG. 2000.

SENNÁ, V. A ética da corresponsabilidade. Inclusão Social. **Revista Sebrae**: Belo Horizonte, n.5, p.30-31, Julho/Agosto 2002.

SGARAGLI, F. **Inovação social, atores, contextos e tendências**: abrir a caixa negra. Introdução. Roma: Fondazione Giacomo Brodolini, 2015.

SILVA, T. N.; MAURER, A. M. Como criar uma inovação social? In: NASCIMENTO, Luis Felipe e TOMETICH, Patrícia. Sustentabilidade: resultados de pesquisas do PPGA/UFRGS. 1 ed. Porto Alegre. **Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade e Inovação GPS**, p.181-184, 2013.

SOUZA, A. C. A. A.; FILHO, J. C. L. S. Dimensões da Inovação Social e Promoção do Desenvolvimento Econômico Local no Semiárido Cearense. In: **Anais... XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, T. S.; ANDRADE, R. S. **Organização e Estruturação da Associação Patense de Reciclagem Visando a Coleta Seletiva do Município de Patos de Minas – MG** (Estudo de Caso). 2014. 88f. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental e Saneamento), da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 96p.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão? 2010. 96f. (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Você teve resistência em deixar o lixão e ir para a Apare? Por quê?
- 2) O que te motivou romper com esta resistência?
- 3) Como era o trabalho no lixão?
- 4) Como você se sentia trabalhando no lixão?
- 5) Como é o trabalho na associação?
- 6) Como se sente trabalhando na associação?
- 7) O que, de mais marcante, mudou na sua vida, depois que foi para a associação?
- 8) Como você se sente por fazer parte da associação?
- 9) Quais são as principais dificuldades do trabalho na associação?
- 10) O que você considera que pode ser melhorado no trabalho na associação?
- 11) Quais são as principais dificuldades que a associação tem enfrentado?
- 12) O que você percebe que pode ajudar a associação enfrentar melhor essas dificuldades?

ANEXO A

Figura 2 – Recorte de jornal sobre lixo, aterro sanitário e aterro controlado

Patos de Minas - Setembro - 2003 03

LIXÃO: O QUE ESTÁ SENDO FEITO

S Atualmente, Patos de Minas tem um aterro controlado, o lixo é coberto com terra, sem no entanto possuir as características básicas de um aterro sanitário (base de impermeabilidade para impedir a contaminação do solo e do lençol freático, estação de tratamento de clorure, controle de compactação). Somente o aterro sanitário é considerado uma solução ambientalmente correta.

Para se construir um aterro sanitário deve-se seguir normas técnicas rígidas e ainda obter o licenciamento ambiental da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

O processo de licenciamento do aterro sanitário é dividido em três partes, ou seja, deve se



obter inicialmente a licença prévia na qual é analisada a concepção geral do empreendimento. A segunda etapa é a licença de instalação LI, na qual é detalhado o projeto aprovado na fase de licença prévia. Finalmente, a última

fase de lançamento é a licença de operação, na qual dá-se a autorização para se iniciar o aterro do lixo.

Patos de Minas obteve a LP em 2000 e está para obter a LI nos próximos meses.

O novo aterro sanitário de Patos localizar-se-á ao lado do atual aterro controlado e terá vida útil de, aproximadamente, quatorze anos.

Na cidade, a produção média de lixo urbano é de setenta toneladas, o que equivale a uma produção per capita de área de 0,75 quilo.



Equipe: Carolina, Fernanda, Getúlio, Guilherme, Jônatas e Renata - 5ª F. A.

ANEXO B

Figura 3 – Capa Folder Deliberação Normativa

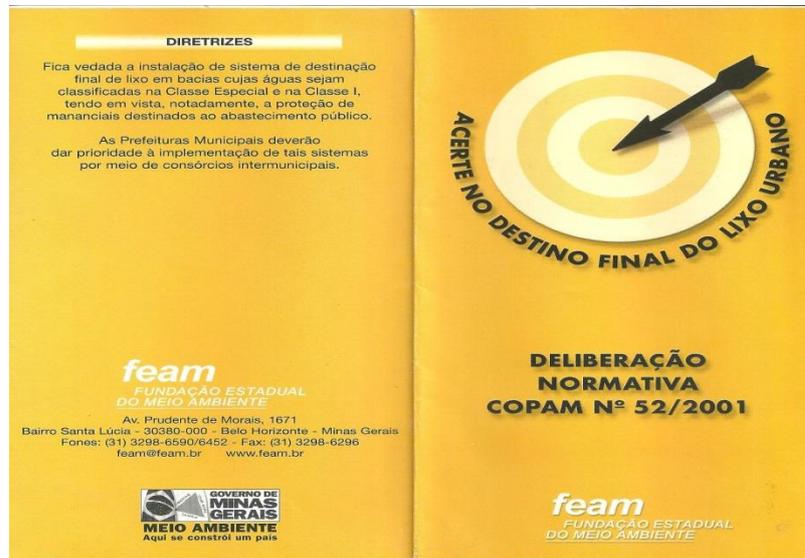
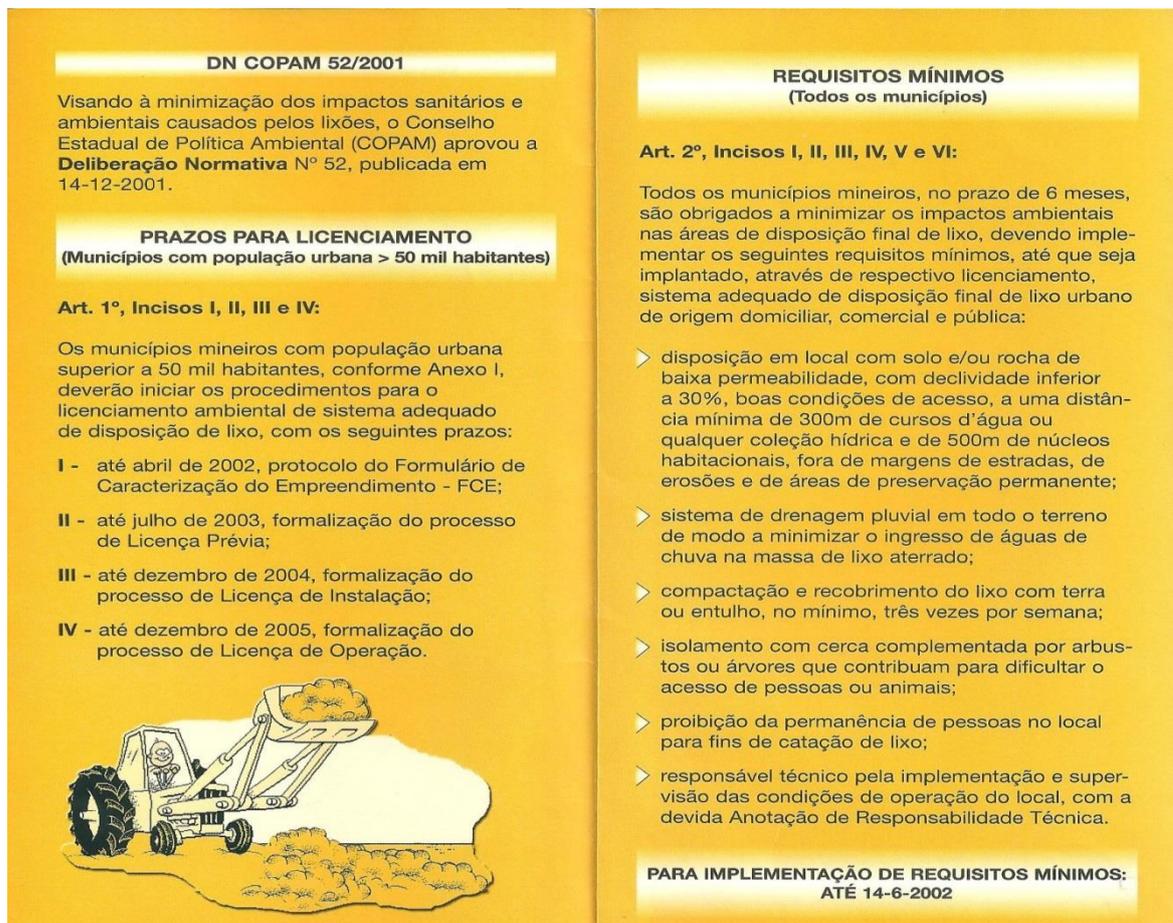


Figura 4 – Folder Deliberação Normativa



Anexo C

Figura 5 – Recorte Folha Patense – Fundo Solidário – p. 07 – 01 03 2003

Seja também parceiro no Programa de Lixo e Cidadania



Roberto Nacional, proprietário da CNI Cursos Informática e Neusa Rodrigues Moreira, presidente Adesp

A produção de resíduos é inerente à condição humana.

Não há como não produzir lixo, mas podemos diminuir essa produção, como: reduzindo o desperdício, reutilizando sempre que possível e separando os materiais recicláveis para a coleta seletiva.

A lata de lixo não é um desintegrador mágico de matéria!

O lixo continua existindo depois que o jogamos na lixeira.

Tem coisas que a gente só não faz por não saber como.

A idéia é construirmos um mundo melhor. Cremos que um futuro melhor seja o resultado de um presente mais responsável.

O sucesso do Programa Lixo e Cidadania desenvolvido pela Adesp, Sebrae e Prefeitura Municipal está intrinsecamente ligado à cooperação e à participação comunitária, pois implica em um processo de reeducação, ou seja, em uma mudança radical de como se tratar as questões dos resíduos sólidos e na construção de uma rede soli-

dária que permita garantir na fase inicial a subsistência dos envolvidos.

Vale ressaltar que o projeto não tem premissas assistencialistas para os catadores de lixo, e sim a necessidade de subsidiar durante o período de maturação, dando condições de acessibilidade à satisfação de necessidades básicas.

Estamos realizando visitas às empresas e entidades representativas no intuito de mobilizarmos toda a comunidade para finalização de projetos sustentáveis como este. Um dos resultados foi a parceria da CNI Cursos Informática que reverterá toda a renda das inscrições dos cursos de Telefonista e Telemarketing, que será realizado no dia 22 de março.

Aproveitamos para convidar a todos os interessados, que além de qualificá-los deixando-os mais competitivos para o mercado de trabalho, estará realizando um papel social extremamente importante.

Agradecemos sua iniciativa, CNI Cursos Informática, e por sermos conhecedores do potencial e da responsabilidade do empresariado patense apostamos no sucesso deste trabalho. **(ADESP)**

ANEXO D

Figura 6 – Convite de Inauguração da Apare

